



Portugal Colonial

REVISTA DE PROPAGANDA E EXPANSÃO COLONIAL

<p>FUNDADOR HENRIQUE GALVÃO DIRECTOR, ADMINISTRADOR E EDITOR ANTÓNIO MURALHA SECRETÁRIO DA REDACÇÃO F. ALVES DE AZEVEDO</p>	<p>SEDE RUA DA CONCEIÇÃO, 35, 1.º End. Telegráfico: MINERVA Telefone 24253 PROPRIEDADE DA EMPRÊSA PORTUGAL COLONIAL NÚMERO 70</p>	<p>PREÇO AVULSO Metrópole..... 3\$00 Colónias..... 4\$00 (ASSINATURAS) Metrópole (6 meses)... 18\$00 Colónias (6 meses)... 24\$00</p> <hr/> <p>COMPOSTO E IMPRESSO OTTOSGRAFICA LIMITADA Conde Barão, 50 — LISBOA</p>
--	--	---

SUMARIO

NAVEGAÇÃO NACIONAL PARA AS COLÓNIAS — O PERIGO DE NÃO A POSSUIR E O PERIGO DA QUE POSSUÍMOS — PLÉTORA DE COMPANHIAS E MARGREZA DE FRETE — AS DESPESAS DE EXPLORAÇÃO DA FROTA NACIONAL.....

CONFERÊNCIA ECONÓMICA DO IMPÉRIO — ALGUNS TRABALHOS APRESENTADOS:

BASES PARA A ORGANIZAÇÃO DENTRO DO REGIMEN CORPORATIVO, A FORMAÇÃO DE UM GRÉMIO DE AGRICULTORES, TENDO EM VISTA A UNIFICAÇÃO DOS SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS, DE ASSISTENCIA AOS INDÍGENAS, DE EXPLORAÇÃO DE CULTURAS E DE TRANSPORTES.....

criação em ANGOLA DE UM MUSEU DE HISTÓRIA NATURAL.....

POLÍTICA COMERCIAL.....

TERRAS DE PORTUGAL: VI—LAMEGO.....

NO ESTRANGEIRO.....

DA IMPRENSA COLONIAL transcreve-se.....

CRÓNICA DO MÊS.....

NOTAS DO MÊS.....

INFORMAÇÕES.....

ESTATÍSTICA.....

Henrique Galvão

Dr. Joaquim Teixeira de Nóbrega

*Eng. Fernando Mouta
Marino da Fonseca
António Montês
*** e João Ameal*

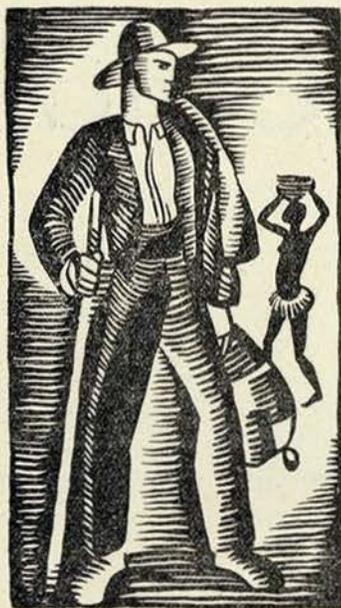
H. G.

Navegação nacional para as colónias

O perigo de não a possuir e o perigo da que possuímos—

Plétora de Companhias e magreza de frete—As

despesas de exploração da frota nacional



UMA navegação nacional para as colónias é indispensável aos objectivos imperiais da nossa política colonial. Sem carreiras portuguesas, em navios portugueses, entre a Metrópole e as Colónias, não é fácil supor unidade moral e económica entre a cabeça e o corpo do

Império. Cremos que não há duas opiniões sobre o assunto—e que referi-lo é quasi um lugar comum.

Ora nós temos navegação nacional para as colónias.

E, todavia, esse agente que, teòricamente, devia representar um papel de facilidade e ligação, entre a Metrópole e as colónias africanas—é, praticamente, um estôrvo, um obstáculo denso e complicado, que se opõe a esses mesmos objectivos imperiais da nossa política e que reduz consideravelmente os simples propósitos dum intercâmbio comercial entre as duas partes da Nação.

Existe pois um problema agudo de transportes marítimos para as colónias a

resolver quanto antes, não só como condição de desenvolvimento prático duma política necessária mas também como factor de correcção duma crise que cada vez mais nos impõe a organização dos elementos que permitem bastar-nos a nós próprios.

Os aspectos desse problema são nítidos e claros:

Em primeiro lugar verifica-se que temos hoje ao serviço dos transportes para as colónias três Companhias nacionais de navegação. Não é desafogada, nem mesmo possível por muito tempo, a sua vida—exactamente porque são três onde uma, bem organizada e bem administrada, chegava perfeitamente.

Não queremos invocar números. Procuramos sempre evitá-los nestas crónicas. Mas a mais elementar das análises feita às estatísticas de navegação das colónias leva a concluir imediatamente, que andam divididas por três Companhias a carga e os passageiros, que podendo fazer o desfôgo e a suficiência duma Companhia não chegam para amparar e deixar viver três.

Este simples facto comprometeria, só por si, a actividade e o êxito de tais Companhias sólidas, bem organizadas e administradas, com tôdas as boas condições económicas de exploração.

Mas não estão nessas condições as Companhias nacionais de navegação para as colónias—o que, evidentemente, agrava sobremaneira a questão.

Passamos em claro o facto de ainda recentemente terem sido expulsos, a bem da moral pública (sic) por um decreto go-

vernamental, os cinco administradores que constituíam o conselho de administração duma das Companhias—o que demonstra a capacidade administrativa dos dirigentes que estavam à sua frente.

É temos em segundo lugar o aspecto do problema que diz respeito à frota mercante que serve o intercâmbio comercial entre a Metrópole e as Colónias.

Essa frota, no seu conjunto, somadas as unidades das três Companhias, não possui navios em boas condições económicas de exploração para formar uma só Companhia bem organizada e capaz de servir simultaneamente os interesses do seu capital e os interesses da economia nacional.

Mesmo que, por hipótese, o tráfego entre a Metrópole e as Colónias consentisse, em quantidade e qualidade, a existência de três Companhias, estas, com as frotas de que actualmente dispõem, só poderiam servir convenientemente os interesses do seu capital ferindo gravemente os interesses da economia colonial: Mantendo tarifas elevadas que permitissem acudir às pesadíssimas despesas de exploração que as oneram—mas que destroem tôdas as possibilidades de intensificação do intercâmbio comercial com as Colónias.

Mas a hipótese é insubsistente: Nem a carga chega para manter tres Companhias nem os navios tem condições aceitáveis de exploração.

Uns são velhíssimos, outros são apenas... velhos. O seu consumo em carvão, as suas despesas em pessoal e reparações, a organização dos itinerários, a concorrência em que vivem (a-pesar-da vigilância do Conselho Arbitral da Marinha Mercante)—elevam o volume das despesas de exploração a cifras que só o agravamento dos fretes poderia cobrir.

Ora os fretes marítimos da navegação nacional entre a Metrópole e as Colónias já são dos mais caros do mundo.

Agravá-los ainda mais é sacrificar sem proveito para nada nem para ninguém a produção colonial e a capacidade de compra dos colonos. Mante-los ou baixá-los é tornar mais angustiada ainda a situação das Companhias.

O que é certo é que perante o problema há duas produções—a colonial e a metropolitana—que devem trocar-se, que precisam trocar-se e às quais é indispensável fornecer elementos sadios de vida e prosperidade, que não tem culpa nem responsabilidade no descalabro da nossa marinha mercante.

Manter essa marinha tal como se encontra é, pois, de facto, manter um obstáculo pesado e denso em oposição aos objectivos imperiais da nossa política.

Abandoná-la à ruína que a espera—ou antes, aquela em que já se encontra—até ve-la desaparecer é, da mesma forma impedir o desenvolvimento dessa política.

Os dados do problema que, repetimos, são claros e nítidos, conduzem por consequência à única solução natural e aceitável—solução que a crise mundial, a crise específica das colónias e os interesses enormes que estão em jôgo impõem que seja urgente: A reforma da marinha mercante portuguesa nas bases de boa administração, quer sob o ponto de vista técnico, quer sob o ponto de vista moral; de economia na exploração; de harmonia entre o volume de frete e a tonelagem empregada; de constituição da frota em condições modernas de serviço.

Pôrto—Novembro 1933.

HENRIQUE GALVÃO

A «Portugal Colonial» deseja a todos os seus assinantes, leitores e anunciantes, bem como a todos os colonos portugueses da África, Ásia e Oceania, um Natal muito feliz e um Ano Novo cheio de prosperidades.

Conferência Económica do Império

Alguns trabalhos apresentados

Bases para a organização dentro do régimen corporativo, a formação de um grémio de agricultores, tendo em vista a unificação dos serviços administrativos, de assistência aos indígenas, de exploração de culturas e de transportes

PELO

DR. JOAQUIM TEIXEIRA DE NOBREGA

Ex.^{mos} Senhores

CONVIDADO para fazer um trabalho para a formação de um grémio de agricultores de S. Tomé, para ser presente à Primeira Conferência Económica do Império Colonial Português, é para mim bastante árduo este encargo, quando podia ser escolhida outra pessoa, categorizada até, desempenhando-se melhor do que eu dêste mandato.

Talvez que, por estar interessado em duas pequenas propriedades em S. Tomé, e estando a sofrer os revezes da crise, pudesse expor melhor do que qualquer outra pessoa, que tenha passado a crise por outro prisma diferente do meu. Não podia dizer, que não neste caso, porque sendo português e agricultor também, ficava-me mal se não viesse apresentar este bem modesto trabalho simplesmente nas suas linhas gerais, cumprindo assim o meu dever.

O problema de S. Tomé, tem sido estudado por várias vezes e por pessoas coloniais bem importantes no meio de S. Tomé, mas devido a vários factores, nunca se chegou ao fim, que era dar à agricultura local, todos os meios para o seu desenvolvimento.

O Governo Central e mesmo o Governo da Província, tem procurado por várias vezes e épocas diferentes, atenuar a crise, mas acho que até à data, mesmo com tôdas essas boas vontades, todos êsses meios, têm sido pequenos para a grande crise que a agricultura tem atravessado.

O último Relatório feito por Sua Ex.^a o Sr. Governador de S. Tomé e Príncipe, mostra os bons desejos de ser útil à agricultura, a boa vontade de acertar, como prova a superior orientação de Sua Ex.^a em todos os actos do seu Governo.

O principal factor do problema de S. Tomé, é a mão de obra, foi, é e será enquanto não houver uma população indígena suficiente para o amanho das terras.

A crise que tem levado aos tribunais para pagamento dos seus débitos, várias propriedades, por preços bastante irrisórios, havendo outras que lhes faltam assistência agrícola, dinheiro, braços, gado, para o serviço interno e externo das propriedades, e aumentar a adubação dos terrenos, máquinas, etc., havendo outras, em que os seus credores sofrendo da mesma enfermidade, não podem auxiliar mais e ainda outras que têm falta de todos os recursos, colhem somente.

A diminuição de produção, acompanhada da baixa de cotações, de todos os géneros coloniais, devido a vários factores nacionais e estrangeiros, deram logar o que era de esperar, à redução das receitas das propriedades ao déficit, deixando em quasi tôdas elas contribuírem para o Estado, com verbas que lhe eram devidas, se dessem lucros.

ANGOLA



Ponte sôbre o rio
Lifune, na estrada
Luanda-Ambriz

A redução de pessoal, deu lugar também à baixa de produção e se não se fizesse tal redução e sem recursos, com certeza que o maior número de propriedades, já tinham conhecido outro proprietário.

E aqui deixo estes dados mais principais, para entrar nos pontos do meu trabalho e conforme me foi indicado.

Considerando, que não há em Lisboa, um grémio de agricultura de S. Tomé e Príncipe;

Considerando, que para haver um grémio ou sindicato, e este poder trabalhar e prestar todo o auxílio aos seus associados, é necessário a criação de uma Caixa Agrícola;

Considerando, que algumas propriedades têm um relativo auxílio, mas particular a um juro elevado para a pequena agricultura;

Considerando, que a baixa de produção, é devida também à falta de financiamento, da mão de obra, gado, etc., atrasando o seu desenvolvimento;

Considerando, que em S. Tomé, não há um campo experimental e um laboratório de patologia agronómica colonial, onde fôsem estudadas tôdas as culturas e terras das ilhas de S. Tomé e Príncipe, assim como as doenças existentes nas várias culturas actuais;

Considerando, que até à data, os fretes de ida e volta Lisboa-S. Tomé e Príncipe, assim como as passagens de tôdas as classes não foram reduzidas conforme deviam ser;

Considerando, que em S. Tomé e Príncipe, não há uma população indígena suficiente para o amanhã das terras;

Considerando, que é urgente replantar as

várias culturas próprias da região, conforme a qualidade dos terrenos e das regiões;

Considerando, que a assistência agrícola dada pelos agricultores e principalmente pelos pequenos é insuficiente;

Considerando, que é urgente a entrada de novos braços para a agricultura local;

Considerando, que a assistência indígena deve merecer a atenção de todos, pois é ainda insuficiente;

Considerando, que não há uma criação de gado suficiente para os serviços da agricultura;

Considerando, que a fixação de indígenas é muito inferior ainda, para o que era urgente haver;

Considerando, que a maior parte dos filhos da terra, não trabalham;

Considerando, que não há em S. Tomé escolas agrícolas de artes e ofícios para o desenvolvimento dos menores, tanto dos filhos da terra, como dos trabalhadores das outras colónias;

Considerando, que com a formação de um grémio de agricultores e baseado êsse grémio na forma corporativista, deve melhorar a agricultura local;

Considerando, que sendo a República Portuguesa da forma corporativista, deve concorrer para um futuro melhor de S. Tomé e Príncipe;

Considerando, que formando-se um grémio com a forma corporativista, será melhor do que vários grémios, mesmo que seja com a mesma orientação, porque uma colectivi-

dade só desempenhará melhor do que muitas, comprará mais barato e terá mais facilidade nas vendas do que fôsse, grémios em pequena escala;

Considerando, que êsse grémio a formar-se será o ideal para todos, e até para os grandes agricultores, um grande auxílio;

Considerando, que formando-se o grémio de agricultores, e mesmo com os pequenos, êles ficarão em melhores condições e a agricultura local, terá o seu devido lugar para um futuro melhor.

Bases para a formação de um Grémio de Agricultores

Organização do grémio.

Crédito agrícola.

Autonomia da administração aos sócios.

Garantia de crédito.

Sede do grémio.

Recrutamento de pessoal trabalhador.

Vendas de géneros coloniais.

Compras de artigos para as propriedades dos sócios.

Cotações dos géneros.

Redução de contribuições e impostos.

Bónus.

Redução das taxas da Administração Geral do Pôrto de Lisboa.

Pessoal do Grémio.

Propaganda.

É urgente a formação de um Grémio de Agricultores de S. Tomé e Príncipe.

Para haver um Grémio, nestas circunstâncias que apresento e com a ideia corporativista, assim como pela crise existente, é urgente também a criação de uma Caixa Agrícola que auxilie êsse Grémio ou Sindicato.

Esse crédito fornecido pela Caixa Agrícola, deve ser dado a um praso bem largo e a um juro módico, próprio dos sindicatos agrícolas.

Que essa Caixa Agrícola, preste ao Grémio tôda a assistência financeira para poder dar à agricultura de S. Tomé e Príncipe, principalmente aos pequenos, a devida assistência para evitar a perda total da maioria das propriedades.

Podem fazer parte do Grémio, voluntariamente, todos os agricultores de S. Tomé e Príncipe, individuais, sociedades por quotas ou sociedades anónimas.

Que a cada sócio seja dada a autonomia administrativa da sua propriedade.

O crédito agrícola, dado pelo Grémio aos sócios exige uma caução, que pode ser em papéis do Estado ou a própria propriedade depois de ter a devida avaliação, não só rústica como urbana, caminhos de ferro, gado, etc., tudo que possa acreditar ou caucionar o débito do sócio.

O Grémio por sua vez, caucionará a Caixa Agrícola com todos os valores recebidos dos sócios, para garantir à Caixa Agrícola a assistência pedida.

A sede do grémio deve ser em Lisboa, porque aqui vêm parar todos os géneros coloniais, em Lisboa, existem os compradores de êsses géneros ou seus representantes assim como é mais fácil exportá-los de Lisboa, do que de S. Tomé.

O Grémio segundo a ideia corporativista deve recrutar todo o pessoal para os seus associados, devendo ter nas terras do recrutamento agentes seus, sujeitando-se o Grémio às leis vigentes e ao regulamento de trabalho indígena.

O recrutamento seja feito em todas as Colónias, onde seja facultado tal serviço.

Comprar na Metrópole, em qualquer Colónia, no estrangeiro e mesmo em S. Tomé e Príncipe, em caso de fôrça maior, todos os artigos necessários, para uso e gasto das propriedades dos sócios, porque deve ficar mais barato comprar por grosso, do que cada sócio em separado, como fazem actualmente todos os agricultores, e principalmente os pequenos, por falta de recursos.

Vender todos os géneros coloniais, que venham à sua consignação enviados pelos sócios, mediante uma pequena comissão para despesas do Grémio.

Informar tôdas as vezes que seja pedido, as cotações dos géneros coloniais aos seus sócios.

Fazer todo o possível para que haja um tipo único de cacau e de café.

Sendo o Grémio constituído com a forma corporativa e sendo os sindicatos agrícolas beneficiados pela redução de todos os impostos, direitos licenças, etc., próprio do fim para que é criado o Grémio.

Receber todos os bonus que tiver direito, como sindicato ou grémio agrícola, incluindo a baixa de fretes nos caminhos de ferro, e destinados ao Grémio.

Redução de fretes e passagens, de tudo que diga respeito ao Grémio.

Redução também das taxas da Administração Geral do Pôrto de Lisboa, mediante o certificado do Grémio, tendo êste preferência em todos os seus serviços.

Pedir à Repartição competente da Administração do Pôrto de Lisboa, armazens só para cacau, a exemplo do que há dentro da mesma Administração, armazens só para café, oleaginosas, etc.

Facilitar todo o possível, os meios de transportes, tanto terrestres como marítimos, a bem de todos os sócios, fazendo o rateio de embarque, tendo preferência neste, quando haja muita carga nos portos de África.

Para que a ideia corporativista tenha a sua real significação, podem ser empregados do Grémio, todos os sócios que queiram trabalhar a bem do Grémio.

Os sócios pagando os seus débitos ao Grémio, pode êste dar quitação, entregando até as respectivas cauções, ou continuando como dantes a ser sócio do Grémio.

O Grémio pode debitar ao sócio, uma pequena comissão das compras e vendas que fizer, que servirá para as despesas do Grémio.

Depois de ser estudada a formação do Grémio ou Sindicato, êste tomaria a responsabilidade do empréstimo para com a Caixa Agrícola, lançando os juros recíprocos conforme o movimento desta conta.

Para a constituição do Grémio era necessário a formação de uma comissão composta de elementos do Ministério das Colónias, da Caixa Agrícola, e de agricultores de S. Tomé e Príncipe futuros sócios do Grémio para elaborar os estatutos.

O Grémio deve fazer toda a propaganda dos géneros coloniais dos sócios no país e no estrangeiro, para aumentar o consumo e em Lisboa e no Pôrto, exposição dos seus produtos principalmente de cacau e café, provando assim que poderão vender ao comércio mais barato do que actualmente vende.

Não há muito que a Associação dos Comerciantes de Angola, residentes em Lisboa, quizeram formar um grémio de oleaginosos, com a forma corporativista, onde devia entrar a agricultura de S. Tomé e Príncipe, mas por vários motivos, não foi avante tal iniciativa, o que prejudicou a maior parte dos agricultores de todas as colónias.

Para facilitar todos, credores e devedores actuais, assim como para legalizar uma nova

vida agrícola, sou de opinião, que os sócios do Grémio, (devedores) deviam liquidar com os seus credores actuais, os seus débitos com o crédito recebido da Caixa Agrícola, por intermédio do Grémio, o que vinha trazer aos credores actuais, uma melhoria na sua vida de hoje, recebendo os seus créditos, ficando assim os futuros sócios do Grémio, somente devedores ao Grémio e êste por sua vez à Caixa Agrícola.

Acho com esta forma acabo de expor, será a modalidade mais viável para actualmente modificar-se a vida agrícola de S. Tomé, principalmente dos pequenos e S. Tomé passaria por outra fase, recebendo dos seus devedores os seus créditos, há muito tempo ambicionados.

Para terminar esta parte, seria o ideal para a agricultura de S. Tomé e Príncipe, que os contratos de trabalhadores fôsem por períodos de cinco anos, podendo todavia recontratarem-se por mais dois anos no final do período de cinco.

Que êste recrutamento como digo atrás, seja feito pelo Grémio, caso obtenha licença para êsse serviço.

Exploração de culturas

Assistência agrícola.

Campo experimental.

Laboratório de patologia agronómica colonial.

Pessoal agrônomo.

Culturas.

Arborização.

Aumento de produção.

Obrigações de culturas.

Gados e adubações.

Fornecimentos de sementes, etc.

Análise de terrenos.

Em primeiro lugar, acho que deve ser organizado em S. Tomé, um campo experimental e um laboratório de patologia agronómico-colonial, sob a direcção de um agrônomo colonial distinto, onde prestasse a devida assistência agrícola, estudando e dando os seus bons conselhos sobre culturas actuais e outras que por ventura fôsem aconselhadas. Acho que as antigas devem ser continuadas a ser exploradas, e a baixa de produções, que tem havido é motivado pelo *tubro-cintus* e outras doenças assim como por falta de braços, de gado, e outros facto-

res, mas desde o momento, que haja uma assistência agrícola tudo mudará.

Houve por várias épocas assistência agrícola, mas foi só particular e colizada por umas cinco ou seis propriedades, que ouvindo os conselhos de agrónomos nacionais e estrangeiros, melhoraram as propriedades, os seus terrenos passaram por outra fase a ponto de haver aumento de produção, como se deu no ano passado, enquanto que os pequenos, como não podiam entrar nesse contrato ficaram como dantes, e se houve aumento em 1935, foi o factor tempo, que veio mostrar um pouco do véu da sorte.

Os agricultores já têm feito tentativas sobre a exploração de outras culturas, mas têm sido baldados os seus esforços; como sejam tabaco, algodão, etc.

As culturas actuais, como sejam, cacau, café, canela, oleaginosas, (coconote e óleo de palma) fruta, pão, banana, árvores de sombra e leguminosas, quina, etc., devem ter a devida continuação agrícola, e só com uma assistência agrícola se modificará, aumentando a sua produção não só das acima já citadas, como também de milho e banana, árvores de fruto, devem ter a atenção devida para a alimentação do pessoal.

Precisa-se arborizar a ilha de S. Tomé e fazer todo o possível, que ela volte a ter a mesma arborização grandiosa dos seus tempos antigos, para fazer criar no mesmo tempo, as chuvas periódicas. Sem elas pouco adiantaremos e lá está a parte do serviço de agronomia que estudando o assunto tratará e obrigará a fazer-se esse serviço de arborização o mais rápido possível para o desenvolvimento das culturas.

Um elemento que se relaciona com este capítulo de exploração agrícola, é a mão de obra, pois fôda a gente diz, que a Província deve aumentar a sua produção, não só para a sua riqueza, como também marcamos o nosso lugar como vendedores no estrangeiro, para efeitos de melhores cotações.

Mas como havemos de fazer isso, sem assistência agrícola, mão de obra, financiamento, etc.

Se tudo que deixo dito, se tivesse feito há uns anos atrás, tínhamos já um aumento de produção, porque as replantações, feitas nesse tempo, estavam já a desenvolver.

Conforme a qualidade dos terrenos e das variadas regiões dentro da mesma propriedade, até há várias opiniões sobre a planta-

ção de algumas culturas tropicais e neste caso devia ser estudado o assunto, obrigando-se até se fôsse preciso, a fazer novas plantações nos lugares determinados pelo agrônomo.

Aumentar a adubação dos terrenos, formação de maior número de nitreiras, conforme a área de cada propriedade, deve continuar a merecer o carinho para o aumento de produção.

Para isso, é necessário o aumento de gado, que favorece muito a adubação dos terrenos.

O aumento de mão de obra, como digo atrás, desenvolverá bastante a agricultura.

O campo experimental, deverá distribuir pelos sócios do Grémio, sementes, assim como plantas, para a sua nova plantação.

Deve concorrer para o desenvolvimento da agricultura, análises feitas, para verificar-se a qualidade dos terrenos, provando assim o que se deve fazer para o futuro.

Acho que o agrônomo encarregado do serviço do Grémio, deveria visitar tôdas as propriedades dos sócios do grémio, a-fim-de observar as administrações das mesmas e dar o seu parecer aos administradores ou feitores, enviando também à sede do Grémio, os vários relatórios sobre exploração agrícola nova e velha das terras dos sócios, a-fim-do Grémio por sua vez, fazer cumprir as determinações da repartição agronómica.

Parece que esta fiscalização é indispensável, para a agricultura local.

Parece que as explorações das culturas antigas, como digo atrás, devem continuar a ser exploradas, mas têm de ser em lugares, onde devem ser exploradas e não em terrenos diferentes dos das suas plantações.

O laboratório, deve auxiliar os trabalhos de agronomia, com os exames feitos às terras das diferentes regiões para tirar conclusões certas dos trabalhos novos e velhos da agricultura.

E assim como um agrônomo colonial distinto, e pessoal habilitado tudo deve concorrer para um futuro melhor para S. Tomé.

Assistência indígena

Aumento da população indígena.

Fixação do pessoal trabalhador e mesmo das outras colónias.

Assistência dentro das propriedades.

Assistência aos naturais da ilha.

Assistência infantil.

Marcos fontenários.
Edificações para os filhos da terra.
Repressão da vadiagem.
Registo do pessoal (filhos da terra).
Imposto indígena.
Polícia rural.
Salários mínimos.
Desemprego.

Este Capítulo é também um dos mais importantes de S. Tomé e Príncipe.

Como é necessário e urgente aumentar o número de pessoal trabalhador, assim como actualmente os naturais de S. Tomé, dedicam-se aos trabalhos agrícolas para poderem manter-se, é necessário olhar com mais atenção para esta classe de trabalhadores.

É urgente organizar em S. Tomé, uma escola agrícola e escola de artes e ofícios, que bem podiam ser organizadas e dirigidas pela Missão do Espírito Santo, onde missionários desta ordem, provariam mais uma vez a sua esplêndida obra missionária colonial distinta, como provam aquelas Missões em Angola e Congo assim como em Moçambique.

A criação desta Missão é urgente, onde fariam para amanhã homens honrados e trabalhadores, e bem competentes para desempenharem o papel perante a sociedade colonial e o desenvolvimento da população de S. Tomé e Príncipe, seria outro daqui a alguns anos.

A assistência indígena das propriedades tem sido pelos agricultores feita à custa de muitos sacrifícios, há muito tempo e que representa uma tradição, que tem sido admirada por nacionais e estrangeiros, deve ser extensiva aos naturais, que trabalham nas propriedades em número hoje de uns 1.500 mensalmente, devem ter essa assistência como têm os outros, todavia essa assistência, deve ser sempre vista como insuficiente. E vou mais longe ainda, desejava que para cuidar de toda a população seria geral para todos aqueles trabalhadores ou não.

Temos de olhar para o futuro da população com mais atenção, porque sendo o ideal a fixação de uma população para evitar de haver recrutamentos de outras Províncias.

Essa assistência tem de ser olhada em especial para as crianças, obrigando-as às vacinações contra as doenças contagiosas e que dêem lugar à mortandade infantil, que infelizmente é grande em S. Tomé e Príncipe.

Consultas grátis nas sedes das freguesias em

dias e horas determinadas pelo Governo da Província.

Aberturas de marcos fontenários, em vários lugares das freguesias com boa água, para evitar que a população local, beba água em péssimas condições de uso.

Edificações de casas para os indígenas, sujeito a um plano económico, higiénico e confortável.

Repressão da vadiagem, obrigando a todos trabalharem, fazendo-se o devido recrutamento por intermédio da Repartição Civil e depois entregue à Curadoria como Repartição do desemprego, que forneceria à agricultura todo o pessoal que ela requeresse, sujeitando-se ao regulamento de trabalho indígena e às mais leis vigentes.

Manter o imposto indígena, aquiparando-o ao de Angola e Moçambique, que sendo de Esc. 80\$00, naquelas Províncias, o natural de S. Tomé e Príncipe, só paga 30\$00, e assim obrigava-os ao trabalho honrado.

Criar em S. Tomé uma polícia rural com os recursos dos elementos militares locais, para manter uma disciplina própria da região, procurando por todos os meios aqueles que não trabalham, levando-os à Curadoria para ali serem inscritos no desemprego.

Dar aos naturais trabalhadores de S. Tomé e Príncipe pela Curadoria e pelo agricultor, salários mínimos, ou preços certos, quando trabalharem de empreitada, fixando-se assim o trabalho por metro quadrado para evitar abusos de toda a qualidade.

Transportes terrestres e marítimos

Estradas.
Pontes.
Cais acostável.
Redução de fretes.
Redução de passagens (preços).
Navegação de cabotagem.
Embarques.
Rateio.

Com relação aos transportes terrestres, temos de considerar em primeiro lugar que é necessário conservar as estradas e valas destas em bom estado, principalmente na época das chuvas. Até à data a maior parte delas é sempre o particular, que trata sempre da sua conservação outras vezes é a Província, de acôrdo com o particular, que tratam das mesmas.

E urgente a abertura de outras para dar vazão à saída rápida de todos os géneros coloniais para a cidade e vice-versa, e como para passagens de autos.

Acho que o Grémio a formar-se, devia tomar conta dos transportes dos géneros das propriedades dos sócios; para assim obter mais rápido êsses géneros, o serviço que lhe era destinado.

Para isso, as camionetes existentes, seria o mais viável e outras que se arranja para o devido transporte.

Ultimamente foi reparada a ponte de embarque e desembarque de géneros e passageiros na cidade de Ana de Chaves, onde atracam lanchas, batelões, para o serviço do cais para bordo dos navios. O ideal seria o que foi estudado há muitos anos, com vários projectos, que infelizmente nunca foi avante, e que podia ser feito nesse tempo, que era um cais para acostagem de navios de alto bordo, para ser mais fácil, o embarque e desembarque de passageiros e de carga, mas hoje custaria muito caro, nem é bom falar-se neste assunto.

Com relação aos transportes marítimos, o primeiro, era a redução dos fretes de ida e volta, Lisboa-S. Tomé e Príncipe, de todos os géneros coloniais e de todos os artigos para uso e gasto de uma propriedade, assim como material para construção, medicamentos, sulfato de cobre, cal, sacaría, gado, etc., redução esta que devia ser feita, baseada no ponto geográfico de S. Tomé em relação a Angola e que ficando S. Tomé mais perto de Lisboa, do que qualquer pôrto de Angola os fretes de S. Tomé para Lisboa são iguais aos fretes de qualquer pôrto de Angola.

Redução igualmente também feita a tôdas as classes de passagens de Lisboa-S. Tomé e Príncipe, pois estou bem certo, se as passagens tivessem sido reduzidas, com certeza que as propriedades eram mais fiscalizadas do que hoje são. Seria mais económico para o empregado da agricultura que indo tentar uma nova era, ficaria mais barato de princípio o comêço da sua vida e o armador assim teria maior número de passageiros.

As passagens para o pessoal trabalhador, estavam nas mesmas condições, pois favoreceria agricultura e seria também um belo gesto dos armadores, para com todos aqueles que lhe têm dado um bom contingente para o aumento das suas receitas, há muitos anos.

Antigamente havia à roda da ilha de S. Tomé, um pequeno barco da Companhia Nacional de Navegação, que fazia o serviço de cabotagem, que mais tarde acabou esse serviço e ficou a ser feito por navios da carreira, e às vezes de passageiros, que recebiam a carga das propriedades para Lisboa, não só daquelas que tinham pôrto de mar, como também das propriedades mais perto desta. Esse serviço chegou a ser gratuito, e quando foi da formação da Companhia Colonial de Navegação, na época das duas companhias guerrearem-se, disputavam a carga, hoje não há serviço de cabotagem, pagamos o embarque, não vão às propriedades como iam antigamente e além dos fretes caros, em relação aos preços dos géneros coloniais, prejudicando a agricultura local, pela falta de transportes em redor da ilha.

Era necessário fixar, um preço único, para embarque, frete e descarga, do que vários preços discriminativos, o que prejudica, tempo e inconvenientes de toda a espécie.

Conclusão

Concluindo o meu trabalho, que me foi confiado, observa a minha pequena e bem humilde opinião, que é urgente a formação de um Grémio ou Sindicato Agrícola, auxiliado por uma Caixa Agrícola para a aquisição de braços, gado, e artigos de uso e gasto de uma propriedade.

A criação de um campo experimental e de um laboratório para auxiliar o agrônomo nos seus estudos agrícolas.

Fixar o maior número de trabalhadores indígenas, para um aumento da população local.

Continuação da exploração das culturas antigas, auxiliadas pelas adubações de curral, sombras, etc. principalmente cacau, cafés, coconote, óleo de palma, copra, quina, canela, banana, fruta, pão, árvores de sombra e de fruto, leguminosas, etc. Arborização.

Assistência a todos os trabalhadores, principalmente às crianças, para uma futura população da ilha, não só em aumento dela como em qualidade da raça.

Fazer todo o possível para facilitar todo o transporte terrestre ou marítimo, mais rápido e económico, para auxiliar por todos os meios a agricultura local.

Eis em linhas simples bem singelas, a minha opinião sobre S. Tomé e Príncipe, sobre

os pontos apresentados, e oxalá que alguns sejam vistos com atenção e estudados com aquele carinho que à Conferência Económica do Império Colonial Português, deve merecer a bem da Colónia de S. Tomé e Príncipe e por conseguinte do Império Colonial, para bem da Nação.

Criação em Angola de um Museu de História Natural

PELO ENG. FERNANDO MOUTA

Memória

1.º—Um ensejo único se oferece a Angola de poder levar a efeito a criação de um Museu de História Natural: a proposta dum naturalista suíço para realizar esta obra, em cinco anos, desde que lhe sejam dadas tôdas as facilidades e lhe seja feito um contrato pelo mesmo período.

2.º—Os jornais da Metrópole deram recentemente notícia da inauguração, a que assistiu o nosso Ministro dos Negócios Estrangeiros, das salas de Angola do Museu de História Natural de La Chaux-de-Fonds, na Suíça, expondo uma rica colecção da fauna colhida pelo Dr. Monard, naturalista e conservador do mesmo Museu.

Tão importante colecção obtida no decorrer de duas missões científicas levadas a efeito na nossa Colónia, é, depois da existente no Museu Bocage, de Lisboa, a mais importante; ela permite considerar hoje o Dr. Monard o naturalista que depois de Barbosa du Bocage melhor tem estudado e conhecido a zoologia de Angola.

3.º—A primeira missão, de que o Dr. Monard fez parte como naturalista, veio a Angola de Julho de 1928 a Fevereiro de 1929, sob a direcção do Dr. Hertig, médico de Morija (Basutoland).

O resultado dessa viagem foi de tal modo animador, que sob a exclusiva direcção do naturalista suíço e iniciativa, foi empreendida

uma segunda viagem de Abril de 1932 a Outubro de 1933, acompanhado pelo Dr. Delachaux, conservador do Museu Etnográfico de Neuchâtel e por um assistente da Universidade, Mr. Thiebauld.

4.º—O êxito científico obtido por estas duas missões é enorme, sabendo-se que uma colecção de 20.000 exemplares da fauna angolana foi transportada e está sendo objecto de estudos por variadíssimos colaboradores, de tôdas as nacionalidades.

Algumas monografias foram já publicadas mas o primeiro grande trabalho acaba de aparecer nos Anais do Museu Bocage, sobre as *Aves*, da autoria do Dr. Monard: 272 espécies são descritas, duas novas para a ciência e muitas para a fauna de Angola.

Nos Mamíferos (pequenos antílopes e carnívoros), nos Reptis, nos Peixes de água doce, igualmente aparecem espécies novas e num estudo confiado ao Dr. Hustache, dum grupo de insectos (Charançons, família dos Scarabées) informa-nos o Dr. Monard existirem pelo menos 60 novas espécies.

Os trabalhos levam a concluir da existência de uma *zona angolosa*, de transição entre as duas províncias zoológicas do Congo ou África Central e da África Austro Oriental. Esta zona seria limitada pela divisória de águas do Congo e Zambeze e pelo Kalaari, sendo por isso de grande interesse a continuação do seu estudo, havendo regiões que podem considerar-se desconhecidas (entre o Coroca e o Cunene, entre o Cubango e o Zambeze por exemplo).

5.º—Sob o ponto de vista etnográfico também se encontra no Museu de Neuchâtel uma sala própria, tendo a Missão recolhido 3.000 objectos gentílicos e mais de 2.500 fotografias.

A êste respeito torna-se necessário promulgar medidas proibindo a saída das Colónias de grandes colecções de objectos indígenas, visto muitas vezes se destinarem a um negócio, hoje lucrativo e não propriamente para Museus.

Há tôda a vantagem em evitar pois que a vida do indígena modifica-se rapidamente: as estradas, os transportes automóveis têm permitido levar à tôda a parte os objectos de uso comum, que vai pouco a pouco substituindo os seus (principalmente a cerâmica e os utensílios de ferro).

Pelo próprio Dr. Monard fomos informados de um trabalho realizado por um estrangeiro, Jasper, sobre material etnográfico co-

lhido na Lunda, que representa no seu entender «une véritable raffle éhontée de tous objects d'art indigène».

Igualmente se torna necessário determinar que pertence à Colónia, ao Museu Geológico que hoje já tem, os instrumentos prehistóricos que se encontram nos aluviões diamantíferos da Lunda. É certo que êsses objectos são remetidos agora para Lisboa, para a sede da Companhia, mas durante todo o tempo êles foram pertença de quem os encontrou, que dêles dispunha como entendia.

6.º—Para a continuação dos trabalhos de investigação zoológica que durante cêrca de oito anos se vem assim realizando em Angola, lançou o Dr. Monard quando ali esteve e se o Governo a isso estivesse disposto, fundar um Museu de História Natural, em qualquer ponto da Colónia.

Do seu trabalho só os Museus Suíços recolhiam o fruto e a Ciência os resultados é certo, mas não Angola. E um Museu de História Natural, em Luanda, onde tantos navios estrangeiros tocam, ofereceria ao seu estudo e gozo o espectáculo deslumbrante da vida da selva, que a distância e dificuldade de acesso não permite facilmente contemplar.

Teve o signatário à sua chegada a Angola conhecimento dêste oferecimento e dêle obteve imediata confirmação. Da correspondência havida do Ministério das Colónias via-se mesmo ter o então titular dessa pasta, Dr. Armindo Monteiro, *lamentado que essa idea não tivesse tomado vulto.*

Uma exposição detalhada se fez ao Governo Geral neste sentido compreendendo o alto interesse e urgência de resolução do assunto, visto o Dr. Monard se achar convidado para uma nova missão noutra ponto (Indochina).

Mas ouvidos os Serviços da Fazenda e de acôrdo com a sua informação, S. Ex.^a o Governador Geral mandou aguardar melhor oportunidade.

7.º—O assunto está porém de novo, no programa da Delegação de Angola (Utensilhagem Colonial).

A ocasião é única de aproveitar investigador competente que há oito anos vem trabalhando neste ramo, podendo o Governo colocar junto dêle de futuro, um naturalista português, que manifestasse aptidão e entusiasmo pela tarefa a realizar. A Junta de Educação Nacional ou as Universidades alguém encontrariam nessas condições, e a colabora-

ção de cinco anos, sob a chefia de tão ilustre homem de ciência, prepará-lo-iam à continuação da obra.

8.º—Apresentamos um orçamento para a despesa a realizar durante cinco anos, que é o prazo calculado pelo Dr. Monard para se poder instalar o *Museu de História Natural de Angola*, em Luanda.

Alguns pontos é necessário abordar para esclarecimento.

Vencimentos—Propõe o Dr. Monard a realização de um contrato, por cinco anos, interrompidos no meio por um estágio de seis meses para descanso na Europa.

O vencimento indica dever ser o mínimo de £ 30-00 mensais que reputamos insuficiente e por desconhecer o custo de vida actual em Angola; no orçamento se atribui por isso £ 50-00, devendo reduzir-se àquela cifra durante a licença.

Instalação—Também não se considera no orçamento verba para instalação do Museu; os trabalhos poder-se-iam por agora realizar em quaisquer dos serviços existentes (Pecuária, Obras Públicas ou Agricultura) e mais tarde se empreenderia a construção de obra condigna, abrangendo os diferentes ramos de História Natural (Geologia, Zoologia, Botânica e Etnografia).

9.º—A importância da realização desta obra parece desnecessário repisar.

Neste campo, como em tantos outros, depois do trabalho fundamental de Barbosa du Bocage, do século passado, sobre colheitas de portugueses, J. J. Monteiro (1858-1868), Cap. Bayão (1863-64) e muito principalmente do apaixonado naturalista J. de Anchieta, pouco ou nada mais se voltou a fazer.

Com êste ensejo iniciar-se-ia de novo a investigação colonial, neste ramo, onde tanto há que fazer ainda.

Pensamos em princípio que a Colónia poderia ir buscar recursos para esta despesa ao *Fundo de Caça*; concretamente somos informados que esta verba dificilmente chega para a fiscalização da mesma, podendo talvez mais tarde permitir apenas a manutenção do Museu.

Não podendo a Colónia lembramos que tal despesa seja feita pelo Governo, reconhecendo que a ocupação científica é ainda uma ocupação dos seus domínios ultramarinos, não menos importante e não menos duradoira para a história e direitos de uma Nação, do

que a ocupação militar ou administrativa do território.

CONCLUSÕES

- I—Que a «Junta das Missões Geográficas e de Investigações Coloniais» creada recentemente pelo Decreto 26.180, e dentro da competência que lhe confere os n.ºs 5 e 7 do Art. 177, organize e subsidie a partir de 1937, uma *Missão de Investigação Zoológica de Angola*, para continuar o estudo durante cinco anos deste ramo da História Natural.
- II—Essa missão será composta:
Dr. A. Monard, Naturalista e Conservador do Museu de La Chaux-de-Fonds (Suíça)
Um Naturalista Português (indicado pelas Universidades ou J. E. N.)
Um preparador.
Em orçamento anexo se indicam a desapproximada anual e os encargos gerais.
- III—A mesma missão organizará em Luanda um *Museu de História Natural*, por enquanto em qualquer dos serviços existentes, e uma colecção de duplicados para o *Museu Bocage* da Universidade de Lisboa.
- IV—Que a mesma Junta das Missões Geográficas e Investigações Coloniais estude e proponha legislação especial concernente:
 - a)—à proibição da saída das Colónias de colecções que possam servir ao estudo da etnografia das populações indígenas;
 - b)—à entrega ao Estado (museus existentes nas Colónias ou na Metrópole) de objectos de interesse arqueológico, prehistórico ou paleontológico, encontradas nas explorações de minas ou pedreiras;
 - c)—à reserva, como monumentos nacionais, e como se faz nos outros países, de elementos naturais de interesse geológico especial.
Tal será para Angola a reserva de Pungo-Andongo ou Pedras Negras, formação gigantesca de conglomerado, única ou pelo menos invulgaríssima no seu aspecto actual.

Política Comercial

POR MARINO DA FONSECA

Revisão geral das pautas aduaneiras no sentido de um maior estreitamento de relações comerciais entre a Metrópole e as Colónias e vice-versa, compreendendo:

- 1)—Ampla protecção pautal aos produtos de origem nacional, quer da Metrópole, quer das outras Colónias, na sua entrada em Moçambique;
- 2)—Admissão na Metrópole e nas Colónias portuguesas com análogo tratamento pautal, dos produtos originários das Colónias;
- 3)—Supressão do bónus de 20 % estabelecido nas Colónias para as mercadorias de origem estrangeira, reexportadas pelos portos da Metrópole.

Redução das despesas que oneram os produtos coloniais no pôrto de Lisboa.

Projecto

CONVINDO modificar o que se acha legislado sôbre protecção pautal a conceder aos produtos da indústria e da agricultura metropolitanas, ilhas adjacentes e Colónias portuguesas, quando importadas na colónia de Moçambique, quando importadas na Metrópole, Ilhas Adjacentes e outras Colónias portuguesas;

Considerando que o problema das pautas, no sentido duma ampla protecção que beneficie as partes interessadas tem uma importância capital no estreitamento das relações comerciais entre a Metrópole e as suas colónias;

Considerando que as colónias são os mercados naturais da Metrópole, sendo mesmo os únicos certos que ela possui, e que, alargando-se o mercado das colónias para os produtos da indústria e da agricultura metropolitanas, impõe-se a adopção de um regimen de recíproca permuta;

MOÇAMBIQUE



Passagem dum dos rios
ao norte

Considerando que o desenvolvimento de Moçambique depende da criação de mercados para a colocação dos seus produtos, especialmente das suas matérias primas, tanto mais que a crise geral e conseqüente defesa económica das outras nações coloniais, reduziu-lhe a capacidade do escoamento para determinados portos estrangeiros do excedente da sua produção agrícola, o que está originando o atrofiamiento de alguns elementos vitais da sua economia;

Considerando a situação desvantajosa para Moçambique derivada da sua posição geográfica relativa à Metrópole;

Considerando, finalmente, que o bônus de 20% de redução de direitos de importação que a legislação vigente concede às mercadorias estrangeiras de quaisquer origem ou nacionalidade, reexportadas pelos portos do Continente para Moçambique, além de favorecer a concorrência estrangeira em detrimento da nacional, priva a Colónia de Moçambique de importantes receitas;

Usando da faculdade conferida pelo n.º 3.º do Artigo 109.º da Constituição, o Governo decreta e eu promulgo, para valer como lei, o seguinte:

Artigo 1.º — As mercadorias de produção agrícola e industrial originárias da Metrópole, Ilhas adjacentes e Colónias portuguesas, quando importadas na Colónia de Moçambique, terão um bônus pautal nunca inferior a 50% dos direitos aplicáveis a produtos similares de origem estrangeira.

Art. 2.º — As mercadorias de produção

agrícola e industrial originárias de Moçambique, quando importadas na Metrópole, Ilhas adjacentes e Colónias portuguesas, terão um bônus pautal nunca inferior a 50% dos direitos aplicáveis a produtos similares de origem estrangeira.

Art. 3.º — Todas as matérias primas originárias de Moçambique, tais como algodão em rama, sisal e seus desperdícios, óleos vegetais, sementes oleaginosas, peles e couros, etc., quando destinados à indústria, e bem assim as madeiras quando importadas na Metrópole Ilhas e Colónias, são isentas de quaisquer direitos de importação.

Art. 4.º — Todas as matérias primas originárias da Metrópole, Ilhas adjacentes e Colónias portuguesas, quando importadas em Moçambique, são isentas de quaisquer direitos de importação, quando destinadas às indústrias.

Art. 5.º — A todos os produtos originários da Colónia de Moçambique são extensivos os benefícios concedidos pelo decreto n.º 18.808 de 1930, reduzindo de 50% os encargos a que pelas Tabelas da Administração do Porto de Lisboa está sujeita a descarga e reembarque do milho e do café e da permissão de armazenagem destes produtos nas dependências da referida Administração, respectivamente durante 60 e 90 dias sem aumento de quaisquer encargos.

Art. 6.º — Cessa o bônus de 20% de redução de direitos de importação concedido pela legislação vigente às mercadorias estrangeiras reexportadas pelos portos da Metrópole para a Colónia de Moçambique.

TERRAS DE PORTUGAL

VI—Lamego

POR ANTÓNIO MONTÊS

MEUS SENHORES:

UM dia, quando regressava das Pedras Salgadas, lembrei-me de ir a Lamego. Ao chegar à Régua, meti-me num automóvel, e depois de atravessar a ponte sobre o Douro, o carro começou a subir por uma estrada íngreme, cheia de curvas.

A paisagem, quanto mais o carro trepava, ia sendo mais ampla, mais séria, mais pitoresca!

A Régua, ficou lá em baixo, à beira do rio, e à nossa volta, os montes, erguíam-se uns após outros, altos, aguçados.

Pelas encostas, em escadarias feitas pelas mãos dos homens, vinhas, muitas vinhas, verdes e alegres, e o rio, à medida que subíamos, ia-se estreitando, apertando entre penhascos!

Não havia maneira de estar quieto no automóvel que me levava, pois a paisagem distraía-me constantemente. Olhava à direita, à esquerda, para trás, sem saber de qual dos lados, a vista me agradava mais!

A certa altura, o «chauffeur» disse-me:

—Alí é a Central de Varosa.

O carro parou, e eu apeei-me, para ver aquele panorama de encantar, variado e imponente. Estava em plena região do Douro, defronte das terras xistosas donde se extrae o célebre Vinho do Pôrto—o Rei dos Vinhos— a mais preciosa bebida do Mundo!

O carro continuou sempre a subir. Tive a impressão de que ia a caminho do Céu, pois não parava de trepar!

Depois, seguimos por uma estrada velha, até um ponto muito alto, chamado «Relógio de Sol», e alí estive, deslumbrado, mais de meia hora, a contemplar um panorama riquíssimo, que difficilmente encontra parceiro no nosso País!



Pelas encostas, a água saltitava, a correr para o Douro que, lá em baixo, furava caminho por entre fraguedos.

Defronte de nós estavam as cristas nubladas do Marão—sentinelas da provincia transmontana—, a olharem o pitoresco Vale do Corgo. Aldeias pequeninas, espreitam por detrás daquelas alturas imensas, e as serras, espreitam também, umas por detrás das outras, nos bicos dos pés, para poderem contemplar aquelas paisagens impressionantes!

Nos píncaros mais altos, o povo, com a ajuda de Deus, ergueu capelinhas brancas, em honra dos Santos da sua devoção. Lá estão a de S. Domingos, a da Senhora das Neves do Marão, em frente, e lá longe, sobre Tarouca, a de Santa Helena.

Adivinhem-se a de S. Leonardo e a da Senhora da Assunção, olhando como as outras, pela paz daquelas terras de trabalho, enxotando trovoadas e arredando borrascas, de forma a protegerem, o melhor possível, os vinhedos e os milheirais!

Diz o povo, que noite velha, os Santos mílagrosos conversam uns com os outros, a encomendar os devotos ou a salmodear suas rezas, e quantas vezes vão, córregos abaixo, contemplar lindos sonhos de crianças, encaminhar os que se perderam, curar doentes desenganados, abrandar as iras dos descontentes, proteger os desafortunados, ou acompanhar ao Céu as almas cristãs!

Muito trabalham os pobres santinhos daquelas ermidas solitárias!

Mas também, quando chega o dia da romaria, o povo não para de rezar e de lhes levar oferendas de valor. São dias alegres e buliçosos, dias de festa rija, em que se dança até alta noite, no meio do vivo foguetório e das manifestações ruidosas do arraial!



Depois de admirar aquela paisagem, tão portuguesa, tão nossa, seguí para Lamego. Era a primeira vez que visitava a cidade.

Fui direitinho ao Santuário da Senhora dos Remédios, airosamente colocado sobre

uma elevada colina; depois de visitar o sumptuoso templo, debrucei-me na balaustrada do adro, a olhar o escadório monumental, com o magestoso «Pórtico dos Reis», e imaginei a multidão de fiéis, que todos os anos, em Setembro, por ali passa, quando da romaria à Virgem milagrosa da Senhora dos Remédios!

Foi daquele miradoiro empolgante, que ví Lamego, cidade antiquíssima, que andou muito tempo aos baldões pelo cimo dos montes, sossegando de vez, no tempo da invasão romana!

Na Idade Média, o seu comércio foi importantíssimo, pelas fábricas de tecidos que então existiam e pela afamada feira, à qual concorriam os moiros de Granada, com fazendas e especiarias, vindas do Oriente.

Cidade de fundas tradições franciscanas, ali se estabeleceram as primeiras clarissas portuguesas; os frades, ali moraram durante séculos, no Convento de S. Francisco, e alguns por lá ficaram, no claustro e na igreja, dormindo o sono dos justos!

Ali viveram também as figuras bondosas de Frei Manuel do Coração de Jesus, Frei João o Pecador, Frei António do Menino de Jesus e Frei Francisco da Ave Maria, o último guardião da casa, que durante dez anos, sonhou a restauração do seu mosteiro, cheinho de saúdades da solitária vida conventual!



Lá em baixo, mesmo em frente, a Sé Catedral, monumento notável onde os estilos se misturam, com uma fachada gótica imponente, e ao lado, o Museu, instalado no antigo Palácio episcopal, defronte dum interessante cruzeiro gótico.

Guardam-se, naquele precioso relicário de arte, belas obras de talha, quadros valiosos, imagens de rara beleza, rico mobiliário e a mais importante colecção de panos de Arrás existente em Portugal!

Para a esquerda, a igreja de Santa Maria de Almacave, singela e velhinha, com oito séculos, no lugar onde dizem ter sido a mesquita sarracena.

As igrejinhas de Nossa Senhora do Deserto e a de Santa Cruz, curiosas jóias de arte pela obra de talha e pelo valioso recheio, lá se avistam, e à esquerda, altiva, imponente, a Torre de Menagem do Castelo, a olhar como nós, a paisagem vibrante do Alto Douro!

Estamos na cidade, onde se reuniram, no tempo de D. Afonso Henriques, as célebres côrtes de Lamego, nas quais se decidiu, que fôsse êle o Rei dos portugueses, e que a corôa de Portugal, não pudesse nunca ser herdada por príncipes estrangeiros!

Ali nasceu Caio Diocles, famoso atleta, triunfador nos circos romanos, tão celebrado nas crônicas do seu tempo, a quem Roma levantou uma estátua. Lá nasceram também, Frei Francisco da Madre de Deus, reformador da Ordem de S. João Evangelista, religioso virtuosíssimo e D. Rodrigo Lopes de Carvalho, famoso jurisconsulto.



Perde-se a vista a olhar o panorama vastíssimo que temos na frente, onde as alturas surgem por entre o verde e oiro dos vinhedos, a ouvir o cantar das águas inquietas, que, encosta abaixo, correm pressurosas para o Douro!

À nossa volta, emoldurando a cidade, parques e jardins aprazíveis, e galgando encostas, vêm-se estradas que conduzem aos arredores, onde se guardam preciosidades, como a igreja pré-românica de S. Pedro de Balsemão—de construção anterior à fundação da monarquia—, o convento de S. João de Tarouca—com obras notáveis de Grão Vasco—a igreja românica de Armamar, o convento de Santa Maria de Salzedas e a ponte gótica de Ucanha, cheia de pitoresco!

Faltou-me o tempo para percorrer os arredores desta cidade encantadora, paraíso de artistas e arqueólogos, cheia de lendas e tradições.

O combóio, esperava-me na Régua, mas antes de descer por uma estrada, velha e íngreme, que passa por Portelo de Cambres, fui às «Caves da Raposeira», empresa industrial que o meu guia indicava, no número das curiosidades lamecenses.

Graças à gentileza dos seus proprietários, visitei as esplêndidas instalações, onde saboreei os deliciosos vinhos do Douro, leves e cristalinos.

Sequioso, bebi uma taça de espumante, fresquíssimo, um espumante de oiro, agradável e saltitante, produto daquelas terras bemditas, habitadas por gente de alma lavada, vigorosa como a velha cidade episcopal, que, empoleirada num alto, reza de mãos postas, diante da imagem milagrosa da Senhora dos Remédios.

DISSE.

estranheiro

Por ocasião da abertura da exposição de fibras vegetais no Instituto Imperial de Londres, M. A. Wiggleworth quis fazer sobressair o papel importante que desempenha o "Império Britânico", no aprovisionamento mundial de fibras têxteis. No que diz respeito ao sisal, mostrou que a produção no Kenya e no Tanganyka que, em 1921 atingia apenas 14.500 toneladas, se tinha elevado em 1935 a 115.000 toneladas. Pela primeira vez, a produção da África Oriental Inglesa, ultrapassa a de todos os outros países, até do México, a pátria de origem do sisal. O consumo industrial desta fibra, tanto no Reino Unido, como na Irlanda do Norte, passou de 4.516 toneladas em 1930, a 27.929 toneladas em 1935.

A freqüente divergência de opiniões em matéria de oportunidade política entre os Governos francês e britânico, está apta para fazer esquecer um facto às duas nações: é que em nenhum ponto onde as possessões francesas e inglesas se avizinham não existe outra coisa além dum estímulo amigável. Não há choque de interesses entre elas.

No Mediterrâneo, através de todo o continente africano e em matéria de comunicações com as possessões do Oriente, a identidade dos interesses franceses e britânicos é absoluta.

Nem a Grã-Bretanha nem a França, ambicionam territórios italianos, nem desejam pôr obstáculos às aspirações legítimas deste país, sempre que estas aspirações se façam no limite dos tratados e dos direitos estabelecidos.

Demais, os acordos de Roma de 7 de Janeiro de 1935 terminaram o atrito franco-italiano. Já não existem pontos de atrito no Mediterrâneo entre a França e a Itália, onde o único fim da França é de manter o "statu quo", e de assegurar as suas comunicações com a África do Norte, que são essenciais para ela, tanto economicamente, como sob o ponto de vista militar, e as suas comunicações com

o Levante e o Oriente que considera, como sendo quasi igualmente importantes.

Desde há 12 anos, a política agrícola, no Kenya se concentrou de forma a conservar ao solo a sua fertilidade em vez de esgotar e em suprimir todo o risco de carestia pedindo aos indígenas que dessem um lugar um pouco mais vasto à cultura dos viveres em vez de se entregarem exclusivamente àquelas que são destinadas a exportação. Aliás, é preciso reparar que, a-pesar-da baixa acelerada que sofreu a produção agrícola nestes últimos anos, esta sábia e inteligente política, não impediu que o valor das exportações das reservas indígenas, se elevasse de £ 137.800 em 1930 a £ 459.000 em 1935. A Ordenança, regulamentando a venda dos produtos indígenas, entrada em vigor no 1.º de Janeiro p. p. é uma nova etapa da campanha compreendida, para melhorar a produção agrícola indígena.

Em Elisabeth está-se organizando uma manifestação em honra de todos os residentes que fazem 25 anos de estadia em Katanga.

(De la Quinzaine Coloniale)

Determinações do Governador da Guiné

O encarregado do Governo da Guiné, determinou que, de futuro, os chefes de posto do quadro administrativo não devem permanecer mais dum ano em cada posto, observando-se uma mecânica que promova a sua substituição automática.

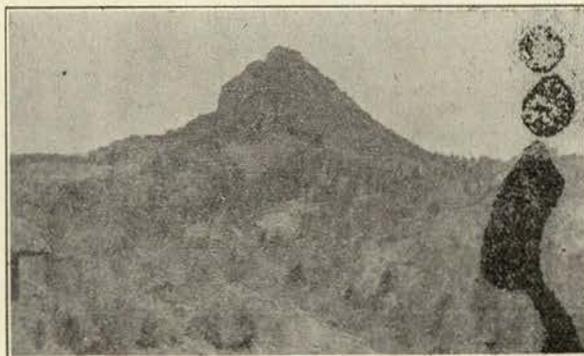
Aos respectivos administradores competirá a distribuição daqueles funcionários pelos respectivos postos da área da sua jurisdição.

Por despacho do Governador da Colónia, e por proposta dos administradores, os chefes de posto serão transferidos de circunscrição para circunscrição de 4 em 4 anos..

Esta medida visa distribuir, por todos, os encargos da cobrança do "imposto de palhota", e evitar a permanência em locais de clima mais rigoroso, por longo tempo, a uns, enquanto outros disfrutam de melhor situação climática.

ANGOLA

Montanha junto à nascente de águas sulfurosas de Marôbo



Manancial de águas quentes com aplicações terapêuticas

DA IMPRENSA

IMPRENSA ESTRAN- GEIRA

T R A N S

Os Governadores Gerais e os Governadores das Colónias autónomas reuniram em conferência no dia 8 de Novembro último, sob a presidência do Ministro das Colónias, para definirem sobre assuntos primordiais, a nossa política do Império.

É de louvar a iniciativa tomada pelo senhor Marius Montet em convocar este grande conselho dos chefes que tem a responsabilidade dos territórios dependente do seu departamento.

Para tomar decisões importantes ou elaborar um programa de acção imperial, só pode trazer benefícios, não só consultar mas também deliberar com aqueles que terão o encargo de as aplicar e que poderão desde já sendo, aliás, todos administradores de carreira, e tendo uma grande experiência dos assuntos de além-mar, esclarecer o ministro sobre a situação actual, sobre a maneira prática de aplicar as reformas que forem encaradas ou sobre as impressões que elas farão sentir sensivelmente, nas populações.

O círculo dos participantes à conferência será grande?—Esta pergunta formula-se porque sabemos que certos lugares, dos

mais importantes, mudaram de titulares. Não nos compete, evidentemente, tomar parte nestes assuntos, e, além disso, aprovamos demasiado sinceramente os princípios desta reunião para nos arriscarmos a que, uma crítica, mesmo ligeira, possa atenuar as suas probabilidades de êxito.

No entanto, talvez nos seja permitido dizer, sem que por isso o novo titular se desagrada, que seria desejável que um dos principais colaboradores do seu predecessor o acompanhasse. Veríamos nisso, não só um cuidado e um interesse louváveis em ser esclarecido sobre a última fase da questão, mas também de assegurar uma continuidade de ideias que é sempre vantajosa.

Por outro lado, supomos que os Directores do Ministério participarão nos trabalhos da conferência.

Disseram-nos que a ordem do dia da conferência compreende a reforma fiscal, o desenvolvimento das produções, o programa dos trabalhos públicos para executar nos próximos anos, todas as questões, que interessem a colonização privativa, bem como a própria administração. O alívio da fiscalização é uma das condições da "reprise,"

económica que o Governo entendeu suscitar. Deve ser estudado de modo a não causar um desequilíbrio de orçamentos, mas de forma a permitir, que estes beneficiem com todos os suplementos de actividade resultantes das reduções de impostos. A política alfandegária da Metrópole e das suas colónias merecia ser também examinada, à luz dos factos recentes e em correlação com a reforma fiscal.

Os direitos de alfândega e dos direitos de importação têm um lugar demasiadamente grande nas receitas orçamentais dos nossos territórios de além-mar para que os dois problemas não estejam intimamente ligados. Demais, é necessário não só para o futuro das relações com a Metrópole, como para o nível de vida ao qual podem pretender os indígenas das nossas colónias, que se estabeleçam os princípios duma política de ordem imperial.

Disseram-nos, igualmente, que a aplicação das leis sociais, às colónias, seria um assunto pôsto de parte nos debates desta conferência. Lamentamo-lo pois isso levaria a demonstrar que um certo carácter de doutrina está ligado à aplicação progressiva destas leis segundo os princípios dum Governo, sejam quais forem as realidades sobre as quais os Governadores Gerais chamariam a atenção. Pensamos que, visto que o ministro procedeu judiciosamente a um largo inquérito junto dos

Governos coloniais e junto das assembleias locais, também desejará recolher uma vista panorâmica pela confrontação das ideias das altas personalidades presentes. Sem dúvida, é duma necessidade absoluta adaptar a legislação do trabalho e a legislação social em geral às condições próprias de cada território e dos caracteres e temperamentos tão diversos das nossas populações coloniais.

No entanto, seria proveitoso conhecer as contrapartidas que uma medida, boa em si, para determinada colónia, poderia ter sobre a colónia vizinha.

Os ingleses procederam assim e não nos desagrada lembrar que o ministro britânico da época, o senhor Amery, que reuniu em Londres, em Março de 1927 a conferência dos Governadores, não deixou de vir a Paris rodeado desse brilhante estado-maior, para responder ao convite da *Union Coloniale* e tomar contacto com os coloniais franceses. Os trabalhos desta conferência, tanto a primeira como a que se seguiu três anos depois, foram

(Conclue na página 20)

PORTUGAL COLONIAL

COLONIAL

CREVE-SE

IMPRENSA PORTU- GUESA

Há muito tempo que não tinha o prazer de ler, em português, um romance como este. Sê é evidente que a nossa literatura atravessa uma crise profunda—creio bem que essa crise se manifesta, acima de tudo, nos domínios do romance. Entre os escritores novos que o cultivam, embora com excepções muito raras, há uma triste influência dos autores estrangeiros menos recomendáveis. Daí, a série numerosa de miseráveis histórias "freudianas", em que a introspecção e a curiosidade sexual descem aos mais sórdidos e aberrantes pormenores. Ora, já escreveu, lúcidamente, Emerson: "uma literatura que desciviliza não é uma boa literatura. A arte é um acréscimo de vida, nunca uma diminuição".

O livro de Henrique Galvão, que acabo de sorver dum trago, pertence justamente à literatura virilizadora, saudável, tónica. Não tanto pelas suas intenções—o que já seria apreciável, mas insuficiente—como pela sua essência e pelo tema que desenvolve. Casa-se nêle, em acôrdo perfeito, a ideia e o estilo. A sua harmonia é íntegra. Trata-se duma obra sincera—e representativa da intensa corrente de desintoxicação que sucede a um longo período falso, doentio, cheio de artifícios e de miasmas.



Romance de tese?

Sim—e não. Vê-se bem que o autor visou um objectivo. Das suas páginas, desprende-se, incontestavelmente, a apologia da vida natural contra a vida convencional, a superioridade duma existência colada às nascentes puras do instinto sobre uma existência viciada por mil engrenagens postizas. No entanto, se a tese ressalta, luminosa e nítida—manda a justiça declarar que ela nunca tolhe a livre espontaneidade da narrativa, o sabor humaníssimo da aventura. Estamos bem longe duma obra que se destina a provar as excelências de certo conceito ou de certo sistema. Pelo contrário: a demonstração é feita por acréscimo—brota do próprio assunto, com a força irresistível com que devem brotar, da terra africana, as plantas vivas...

Que nos conta Henrique Galvão? A história dum lamentável destróço humano, vencido por todas as decepções e por todas as perfídias—que resolve procurar em África o epílogo do "mal-de-viver". A sua única ambição consiste em acabar o mais depressa possível—êle no-lo diz, ao comêço do romance, quando se vê abandonado "no interior da Serra de Chela". Pouco a pouco, todavia,

sente a necessidade—e o desejo animal—de dar combate aos mistérios hostis da natureza desconhecida que o cerca, e descobre em si um prodigioso amor à vida e um tesouro oculto de qualidades de energia, de domínio, de poder criador. A semelhança de Robinson Crusôé, mas transcendendo a imagem rudimentar de Daniel de Foé para se converter em figura alegórica de novo "Genésis", ei-lo a construir um modesto abrigo, por suas mãos, depois uma espécie de pequena casa; ei-lo a buscar alimentos à sua volta; ei-lo a estabelecer a sua supremacia entre os negros "mukubais"; ei-lo, enfim, a semear a terra, a fundar, graças ao encontro de Marta, uma família nova—enfim, a criar um núcleo de civilização sem manchas na

quele recanto virginal do Mundo. Como a Anteu, a Terra, comunica-lhe forças indômitas e uma salutar, miraculosa alegria de viver. Dissipam-se as névoas mórbidas das suas velhas melancolias. Nasce outra vez, recomeça o seu destino, lança raízes magnificas no solo ardente e generoso.

Repare-se bem: aqui não há reminiscências da absurda quimera de Rousseau. Nem por um momento se nos impõe a intol-

rável presença do "bom selvagem", dotado de todas as virtudes, mártir de todas as injustiças. Os pretos que o autor nos mostra são antes brutais e primitivos—como feras. Mas é bem certo—e neste livro se colhe mais uma vez o exemplo—que as feras podem tornar-se melhores companheiras, afinal, do que os homens...



A prosa de Henrique Galvão completa admiravelmente a originalidade e o relêvo da obra. Nos descritivos, sobretudo, atinge poderosa beleza—e a cada passo me surpreende pelo imprevisto e precisão das imagens. Ouçam este pequeno trecho, por exemplo:

—"Tôda a suavidade das noites africanas tinha vindo acolher-se na Fazenda. As estrêlas no alto, em festa, dançavam no veludo negro do céu. Os vegetais adormecidos guardavam em si todos os mistérios dos matos. Os cães ralhavam de quando em quando, pressentindo perto des-

VIDA LITERÁRIA

"O Sol dos Trópicos"

ROMANCE COLONIAL

POR

HENRIQUE GALVÃO

Do "Diário da Manhã,"
de 17 de Novembro de 1936

PORTUGAL COLONIAL

lizar de raposa ou gulodice de hienas. Os bois nos "sambos" ajeitavam-se para dormir".

E a página violenta, duma violência épica, da "queimada" na serra:

— "As chamas lançadas a perder de vista, como um corpo de exército em ofensiva, avançavam em marcha de glória, pois na maior altura ora se erguiam penachos fantásticos ora era o fumo que se desenhava em apoteose. E perante os soldados doirados, chispando lumes, sangue de tições e oiro de labaredas, iam-se entregando troncos vencidos, folhagens medrosas, baluartes altaneiros de rochas imponentes. Até nós chegava um calor denso e emanções acres de cascas queimadas. Por entre as chamas doiradas, desfaldando farrapos de lume, os troncos vencidos torciam-se. E pareciam ter movimento, como se atormentados pela dor do fogo procurassem fuga entre as labaredas. No céu, as nuvens de fumo mais próximas pintavam cores fantásticas. E vi rolos de púrpura, espirais densas de tons rosados, veios de oiro torcidos—e as cores em cima a juntar-se, amalgamando-se, confundindo-se, sorvidas pelas trevas afastadas do alto".

Sou forçado a parar, porque o espaço não consente mais. Suponho ter-lhes feito compreender o tom de alto e pujante lirismo com que Henrique Galvão nos traça o cenário tropical do seu romance—onde há, sem dúvida, fragmentos tais que, aliados ao espírito e à substância humana do conjunto, me recordam algumas das mais fortes novelas, heróicas e ardentes, de Kipling...

JOÃO AMEAL

Livros e Publicações

Boletim da Sociedade Luso-Africana do Rio de Janeiro—N.ºs 16-17—*Comemorativo da Semana do Ultramar Português.*

Com uma regularidade impressionante pela acção que reflecte continua a Sociedade Luso-Africana do Rio de Janeiro a publicar o seu magnífico Boletim.

Os números 16-17 comemorativos da Semana do Ultramar Português excede os anteriores em opulência de assuntos e valor da colaboração.

- Quinzaine Coloniale*
- Essor Colonial et Maritime*
- Boletim da Associação Comercial de Benguela*
- Dioço Cão*—Revista ilustrada de assuntos históricos angolanos
- Revista de Artilharia*
- O Mundo Português*
- Boletim Mensal da Direcção Geral de Estatística*
- Lusitânia*

Chá Li-Cungo

Qualidade Extra-fino

Companhia da Zambézia



ANGOLA—Um pastor na Humpata

Criação de um imposto na Guiné

Vai ser criado um imposto de um por cento "ad valorem", sobre toda a importação e exportação de mercadorias a cobrar por todas as casas fiscais da Guiné, exclusivamente destinado às despesas com a construção, apetrechamento e reparação dos portos da colónia.

Os serviços e trabalhos a que se refere este artigo ficam a cargo da Repartição Técnica dos Serviços, de Obras Públicas, Agrimensura e Cadastro.

A CONFERÊNCIA DOS GOVERNADORES

(Conclusão da página 18)

consideráveis. Foram resumidos um ou mais "white papers", que nada têm de secreto.

Terminando, desejamos que o senhor Marius Montef, se mostre tão liberal como os seus colegas britânicos, e que os coloniais que não têm a honra de pertencer à administração, possam ser beneficiados na sua modesta parte pelos altos ensinos que não deixarão de resultar dum Conselho tão interessante.

V.ª AUGUSTO D'AQUINO, L.ª

Rua dos Correeiros, 92—LISBOA

Telef. 2 5865

End. Teleg.: «Daquino»

T. O. BORE 199

AGENCIA INTERNACIONAL DE EXPEDIÇÕES

A casa mais antiga com agentes em todos os portos do mundo

PORTUGAL COLONIAL

INFORMAÇÕES DO MUNDO COLONIAL

Crónica do mês **Os problemas e a retórica**

O português tem freqüentemente duas ingenuidades (passe o eufemismo): uma consiste em acreditar, durante algum tempo que a retórica que ouve sobre certos problemas que o interessam resolve esses problemas — e a outra consiste em supor que quando fala ou escreve, quando mói palavras quentes e faz promessas vibrantes está agindo e provendo ao bem dos povos.

E assim conseguem entender-se — só durante algum tempo, é claro — aqueles que falam e aqueles que ouvem: ambos convencidos que vão juntamente iluminar e resolver problemas.

Depois o tempo passa e, naturalmente, tudo fica na mesma com a simples diferença da idade. Mas nessa altura aparecem outros homens que falam e juntam-se outra vez os homens que escutam.

Entretanto os homens que agem metem as mãos nos bolsos — e não falam, nem escutam. Possivelmente nem sequer esperam.

Isto veio a propósito da personalidade rara de um Homem que entre nós tem sabido falar com medida e agir com decisão — um Homem que tem conseguido ser sempre ouvido com entusiasmo e cujas palavras não envelhecem porque uma acção permanente as rejuvenesce. Dessa combinação rara de faculdades: saber falar a tempo e agir constantemente, saber pensar com oportunidade, resultou a obra do resurgimento português.

Mas como os portugueses são portadores daquelas duas ingenuidades a que nos referimos, os seus imitadores julgam que, imitando as palavras, só as palavras e lançando-as assim ao ar (muito menos sóbrias, muito menos elegantes, muito menos claras) despidas do espírito de acção que as enobrece, vão também fazendo uma obra.

E haverá sempre quem as diga.

E não faltará quem as vá escutando.

H. G.

Notas do mês

Cabo Verde

Na abertura das aulas do Liceu "Infante D. Henrique, de Cabo Verde, o respectivo reitor promoveu uma cerimónia comemorativa do início do ano lectivo. Depois de ter discursado, foi concedida a palavra ao professor sr. dr. Horácio Afonso de Mesquita, que pronunciou uma oração de sapiência subordinada ao título: "O Estado Novo e a Educação Nacional".

• Informações sobre o estado da agricultura de-

corrente nas ilhas do arquipélago registadas pelo *Notícias de Cabo Verde*:

"Faltaram em geral as chuvas desde Setembro. Em S. Nicolau, onde se esperava uma boa colheita, as perspectivas são agora más. Na Boa Vista são péssimas. A seca e os gafanhotos estão dando cabo dos pastos! Em S. Vicente o milho apresentou-se prometedor até Outubro. Mas, de então para cá, não choveu, e aquela popular cultura está quási seca. De S. Tiago e Santo Antão chegamos notícias mais alegres. O ano agrícola promete ser bom em ambos esses celeiros."

• Durante o ano lectivo de 1935-36 matricularam-se nas escolas de ensino primário do arquipélago de Cabo Verde 6.726 alunos, dos quais 5.973 freqüentaram as au-

las até ao fim do ano. Concluíram o 1.º grau 746 e o 2.º grau 597. O número de professores em toda a colónia é de 65 nas escolas e 85 nos postos de ensino.

• A The Eastern Telegraph Company Limited comunicou ao Ministério das Colónias que o movimento telegráfico em Cabo Verde atingiu, em taxas terminais e de trânsito, pertencentes àquela colónia, 142.216,70 francos-ouro, no primeiro trimestre do corrente ano, e 6.369.57,46, no segundo trimestre.

• Está em projecto a criação dum organismo denominado Liga de Defesa e Propaganda da colónia de Cabo Verde, que deve ter a mais benéfica influência na vida económica e social da referida colónia.

Guiné

As taxas do imposto de "salvação pública," vão ser reduzidas, no próximo ano, de 25 por cento.

• O Governo determinou que sejam isentos de "contribuição predial," durante cinco anos os prédios urbanos, cuja construção fôr começada e concluída dentro do ano económico de 1937, na colónia da Guiné.

• Vai ser aberto um concurso para provimento de vagas de médicos do quadro dos serviços de saúde desta colónia.

• O Governo desta colónia actualizou a tabela de juros, por depósitos e empréstimos, da Caixa Económica Postal da Guiné.

• Foi criado na Guiné um curso de habilitação para radiotelegrafistas que se designará "Curso especial de Radiotelegrafia," e funcionará na sede da Repartição Técnica dos Serviços dos Correios e Telégrafos.

• O decreto que aprovou os orçamentos coloniais determinou que do saldo positivo de 1914-1915 a 1934-1935, actualmente da importância de 9:112.173\$90, será utilizada em 1937, em despesas extraordinárias de fomento económico, a importância de 3:802.386\$88.

• A importância total para obras de fomento nesta colónia, foi calculada em 6.000.000 de escudos, assim distribuídos: para a infra estrutura no porto de Bolama destinada a amarragem das aeronaves da carreira aérea Dakar-Pointe Noire, 1.000 contos; missão de estudos para obras nos portos da colónia, incluindo despesas de deslocação, salários e mais despesas com o pessoal, 400 contos; despesas com material a adquirir para a missão referida, 100 contos; construção e aquisição de edifícios e terrenos, 2.200 contos; compra dum rebocador, 2.200 contos; missão científica de estudos geológicos, 100 contos.

S. Tomé e Príncipe

O Governo determinou que dos saldos das contas de exercício de 1933-1934 e 1934-1935, na importância de 2.080.640\$91, seja utilizada em 1937, em despesas extraordinárias de fomento económico, na colónia de S. Tomé e Príncipe, a importância de 600.000\$00.

• As taxas do imposto de "salvação pública," e do imposto especial de "salvação pública," estabelecidas pelo decreto n.º 22.793, de 30 de Junho de 1935, são reduzidas em 1937, de 33 por cento.

• Foi determinado que durante o ano económico de 1937 não pagar ajudas de custo na colónia de S. Tomé e Príncipe. É também obrigatório e gratuito o desempenho das funções de presidente, vogais, secretário e oficial de diligências do Tribunal Administrativo da colónia de S. Tomé e Príncipe.

Continua suprimida em S. Tomé a remuneração por horas extraordinárias de serões e madrugadas.

O serviço no Tribunal Militar da colónia de S. Tomé é gratuito.

• Segundo notícias recebidas em Lisboa, as Associações Comercial e Industrial de S. Tomé, pediram para que o Decreto n.º 27.084, não tenha aplicação às mercadorias que tinham já sido embarcadas antes da publicação desse Decreto, visto trazer grandes prejuízos para o comércio local.

Angola

Notícias recebidas do planalto da Huila dão o ano agrícola como bastante feliz para a região, embora pouco abundante, pela preocupação dos agricultores na acção nefasta dos gafanhotos. Os produtores de trigo solicitaram a protecção dos poderes públicos, pois continuando por resolver na colónia o problema da moagem, os seus stocks excedem as possibilidades industriais locais.

• Manifestaram-se ultimamente novas invasões de gafanhotos nas regiões de Malange, Cazengo e Dala Tando, o que suscitou fundado alarme nos proprietários de culturas.

• Estão já concluídas as obras de construção da ponte sobre o rio Coringe, junto à Carreira de Tiro, em Benguela.

• Algumas firmas angolanas exportadoras, especialmente do Sul, têm-se dedicado, ultimamente, com os melhores resultados, à exportação de milho a granel, pois traz, pelo menos, a economia dos sacos, que são importados.

• Vai ser pedida autorização para contrair-se um empréstimo de 12.000 contos, destinados à remodelação e reorganização dos Serviços Telegráficos e Radiotelegráficos da colónia de Angola.

• Estão interrompidas as comunicações radiotelegráficas com a Baía dos Tigres, Angola, visto os aparelhos eléctricos da respectiva estação estarem avariados.

• O governo desta colónia autorizou, satisfeitas as formalidades legais, a abertura dum crédito da quantia de cinquenta mil angolares para pagamento das despesas com o tratamento de oficiais e praças nos hospitais da metrópole.

• Começaram em Luanda as obras de construção dum edifício destinado a instalar o Depósito Geral de Medicamentos, junto ao Hospital Central de Luanda.

• Está sendo prolongada, numa extensão de oito quilómetros, a linha férrea do Amboim — para alcançar a "Roça Boa Entrada," na Gabela. O "terminus," do caminho de ferro do Amboim é, como se sabe, no Chindide.

• Foi autorizada a constituição dum Fundo de Fomento para a colónia de Angola de 30.800 angolares, constituído com um imposto de exportação sobre o sisal, açúcar e cera e um empréstimo de 250.000 libras a contrato com a Companhia dos Diamantes de Angola.

• Segundo uma nota da Arcada, a população branca nas várias províncias desta colónia foi avaliada em 31.897 brancos nacionais do sexo masculino e 24.359 do sexo feminino. O número de estrangeiros, respectivamente, 1.055 e 789. O governo da colónia vai promover novo apuramento relativo a este ano.

• A montagem da indústria moageira nesta colónia, que continua sendo objecto dum estudo das instâncias oficiais, além de dispensar a importação de alguns milhares de toneladas de farinha de trigo e dar ocupação a muitos europeus e indígenas, aliviarão a mecânica das cambiais em cerca de cinco mil contos anuais.

• Movimento do Bispado de Angola e Congo no ano findo: Baptismos 43.655, sendo 42.040 de indivíduos de raça preta, 921 de raça branca e 674 mestiços. Casa-

mentos, 4.237, sendo 4.024 entre pretos, 175 de brancos e 38 com mestiços. O número de baptismos é superior ao do ano anterior, mas o de casamentos acusa uma ligeira baixa.

• Vai ser modificado o sistema de admissão do pessoal telegrafo-postal da colónia de Angola.

• A Companhia de Cabinda de Angola requereu ao governo de Angola a reserva de uma área, no território do enclave de Cabinda, para pesquisas mineiras.

• O porto do Lobito foi dotado com um "auto-truck", que facilitará o tráfego no cais, no que diz respeito a manipulação de volumes para os navios e armazens. O carro motor pode rebocar seis toneladas de carga a uma velocidade de dez quilómetros.

• O Aero-Club de Angola projecta construir no seu campo, cujos trabalhos de adaptação prosseguem, um "hangar", em cimento armado para recolha de, pelo menos, dois aparelhos.

• O movimento do porto do Lobito no mês de Outubro comparado com o do mesmo mês de 1935 apresenta os seguintes resultados:

Passageiros em trânsito, em 1935, 1.439; em 1936, 1.129; indígenas, 93, 49; passageiros para África Central, embarcaram, 69, 81; passageiros embarcados em Angola (europeus), 66, 38; passageiros embarcados em Angola (indígenas) 65, 137; passageiros desembarcados para Angola (europeus), 102, 182; passageiros desembarcados para Angola (indígenas), 50, 21.

De Janeiro a Outubro foram exportados:

Cera, em 1935, 767.937 quilos; em 1936, 991.226 quilos; couros, 559.031 quilos, 737.551 quilos.

• Para as regiões do Porto Amboim, Novo Redondo, no Lobito e Cavaco, foram mandadas distribuir 90 toneladas de sementes seleccionadas de algodão.

• Foi extinto o posto administrativo do Alto Cuilo, da circunscrição do Minungo, província de Malanje; cria, em sua substituição, o posto administrativo do Cucumbi, com sede na povoação do mesmo nome e define os limites da circunscrição do Minungo e a sua sub-divisão administrativa.

• Vai ser constituída uma brigada de estudos composta de engenheiros especializados para proceder a estudos relativos às obras de hidráulica agrícola, que deverão ser realizadas nas bacias hidrográficas do Cunene e do Cubango.

• A exportação desta colónia continua a manter a sua evolução. Tudo indica que a deste ano será muito superior à dos anos precedentes. Nos primeiros oito meses de 1934 cobraram-se 3.120 contos de direitos; em 1935, no mesmo período, 3.083; em igual período deste ano, cobraram-se já 4.410 contos, o que representa um aumento de 40 por cento.

• Foi publicada uma portaria no *Diário do Governo* mandando reforçar com 60 e 140 contos duas verbas do orçamento geral da colónia de Angola (correspondentes às alíneas a e b do n.º 3.º do artigo 373.º do capítulo X).

• As autoridades de Mossamedes fizeram encerrar alguns estabelecimentos desta cidade por um período de dez dias, com imposição de multas, por terem averiguado existência e venda de alcool a indígenas.

• Vai ser brevemente instalado no Posto Agrícola de Cavaco um laboratório de análises, sendo mandado adquirir o material necessário para esse fim.

• A Companhia dos Diamantes de Angola pediu ao Ministro das Colónias autorização para montar na Lunda quatro estações radiotelegráficas.

• Os jornais de Angola referem-se, com satisfação, à actividade das fábricas de conservas de Mossamedes, onde o pessoal foi forçado a trabalhar horas extraordinárias,

embora episódicamente, para aproveitar os resultados da frutuosa pesca de atum, que foi anormal.

• A Companhia do Ambriz elaborou e distribuiu um relatório da sua actividade, que regista grandes melhoramentos na "Fazenda Tabi". Informa que tem, ao mesmo tempo, liquidadas algumas dívidas.

• As Câmaras Municipais do Lobito, Bié, Benguela e Nova Lisboa, pediram ao Governo para que sejam agravados até 20 0/0, os actuais impostos municipais, sobre importação, arrecadados pelas Alfândegas do Lobito e Benguela.

• Consta que vai ser criada em Benguela a indústria da congelação de carnes destinada à exportação para a metrópole e colónias.

Moçambique

Os fundos existentes nos diversos cofres da Colónia em 10 de Outubro montavam a 151.908.090\$00 e £ 127.770. Há um ano a existência era 67.588.000\$00 e £ 84,310.

• Foi aprovado pelo Governo Geral de Moçambique o orçamento, no montante de 1.498.500\$00, para a construção dum edifício do Hospital "Miguel Bombarda", destinado a uma maternidade e um dispensário.

• O comunicado da Repartição de Agricultura desta colónia sobre os efeitos do flagelo dos acrídios, registou, no mês de Agosto último, recrudescimento nalgumas zonas, nomeadamente no Sul, atribuindo-se a movimento observado nas duas colónias vizinhas da Rodésia do Norte e Sul, conforme o registo oficial das respectivas instâncias. Manifestou-se também uma invasão de gafanhotos na Zululândia, que passou para o território Moçambicano convergente. As regiões mais castigadas foram, no entanto, as de Impamputo, Movene, Umbeluzi, Magude, Moamba e Manhiça.

• A Câmara Municipal de Lourenço Marques, está em negociações com a African Consolidated Investments Corporation, para introduzir naquela cidade importantes melhoramentos de turismo, modernizando-a, que terá como conseqüências o desenvolvimento do comércio e indústrias locais, pelo aumento considerável de turistas.

• Continua o interesse pelo porto e cidade de Lourenço Marques por parte da população das colónias vizinhas.

Durante a "época", de 1936 (que decorre de Abril a Setembro), o movimento de turistas no acampamento da Praia da Polana foi de 2.814 pessoas. Para o seu alojamento foram montadas 583 barracas.

• Devem ter sido inauguradas carreiras de camionagem entre Mocuba e Tete; e de Lourenço Marques para o Maputo.

• Os funcionários públicos desta colónia solicitaram do Governo Geral para estabelecer um horário de serviço de seis horas, das 7 às 13, durante a época de verão.

• O governo da colónia de Moçambique fez publicar no "Boletim Oficial", uma portaria determinando que, a partir de 1 de Julho de 1937, não pode ser posto à venda leite esterilizado, condensado, em pó ou de qualquer outra forma preparado, no território da colónia, sem que as latas venham acompanhadas das instruções em português.

Fundamenta-se a medida no facto de vender-se na colónia leite esterilizado para diversas aplicações, mas como as instruções são apresentadas em idiomas estrangeiros, já se tem dado o caso de tornar-se perigosa a sua utilização para crianças e doentes. Nas embalagens que contenham leite desnatado passa a ser obrigatória a indicação em português: "Leite desnatado".

❖ A Câmara Municipal de Lourenço Marques submeteu à apreciação e aprovação do Governo a proposta do empréstimo que pretende contrair com a Caixa Económica Postal de Moçambique ou com a Caixa Geral de Depósitos, Crédito e Previdência, na importância de 25.000 contos, destinados a vários melhoramentos da cidade.

❖ As receitas alfandegárias do pórtio da Beira no mês de Setembro atingiram 33.279 libras, contra 28.588 libras em Setembro de 1935.

❖ O orçamento da Câmara Municipal de Lourenço Marques, para o ano de 1937, monta a cerca de 20.638 contos, incluindo, aproximadamente, 4.000 contos para os serviços autónomos de viação. Este orçamento compreende já as verbas necessárias para a amortização parcelar do projectado empréstimo de 25.000 contos, destinado a melhoramentos locais, que está em discussão.

❖ Em Setembro último visitaram a Circunscrição civil de Mossurize (território da Companhia de Moçambique), alguns grupos de caçadores da Rodésia e do Transvaal, os quais se retiraram muito satisfeitos com as boas caçadas que fizeram.

❖ Foi encerrada a estação telégrafo-postal de Mandimba, Moçambique.

❖ O fundo cambial acusou no fim de Outubro último um saldo de 1.668.924 libras.

❖ A Associação Comercial de Lourenço Marques enviou ao sr. Presidente do Ministério o seguinte telegrama: — "Constando a esta Associação que o Governo da presidência de V. Ex.^a pretende a junção das Companhias Nacional e Colonial Navegação comércio agradece ponderação assunto por recear perdas regalias auferidas motivo concorrência. Aproveitamos oportunidade interceder junto V. Ex.^a — Urgente resolução problema navegação cabotagem nacional por constar que o único vapor de ligação de Lourenço Marques com portos da colónia suspenderá em breve a sua carreira para inadiáveis reparações."

Ao sr. Governador Geral de Moçambique que se encontrava acidentalmente em Lisboa, foi enviado também um telegrama pedindo o seu interesse para o assunto.

❖ Foi revogada a portaria n.º 2.135, de 25 de Novembro de 1933, do Governo Geral de Moçambique, que aumentou as taxas para o imposto de "salvação pública", estabelecidas por outra portaria, n.º 1.471, de 10 de Outubro de 1931, do mesmo governo. Ficou o governador geral da colónia de Moçambique autorizado a restabelecer a portaria revogada se isso vier a ser necessário.

❖ O imposto de consumo de açúcar nos territórios da colónia administrados pelo Estado, foi fixado em \$20 por quilograma.

❖ O Governo da metrópole mandou extinguir a banda de música militar que existia em Lourenço Marques, determinando que o governador geral da colónia tome as providências necessárias para que ao respectivo pessoal seja dado sem demora o destino que legalmente lhe compete.

❖ Foi publicada uma portaria, rejeitando por ilegalmente promulgado, o diploma legislativo n.º 488 da colónia de Moçambique, que isentava do pagamento do imposto do selo os cartazes e reclamos turísticos afixados e distribuídos naquela colónia.

❖ Vai ser estabelecido um entendimento comercial com a colónia de Angola para fornecimento de arroz a Moçambique.

❖ Foram adquiridos para os serviços de viação da cidade de Lourenço Marques, tendo já sido postos em cir-

culação, 16 auto-omnibus. Para recolha destes carros vão ser construídos um hangar, oficinas de reparação e adquiridos maquinismos, ferramentas, etc., para os mesmos serviços, sendo as despesas cobertas pelo excedente do empréstimo de 5.000 contos que a Câmara Municipal levantou para a compra dos referidos auto-omnibus.

❖ Segundo informações recebidas de Moçambique, a preparação da copra tem progredido muito naquela colónia, sendo a maior parte da sua produção exportada para o estrangeiro e considerada de primeira qualidade. Segundo os cálculos feitos pode-se contar anualmente com 800 quilos de copra por hectare, em 100 plantações em boas condições.

Alguns milhões de côcos são utilizados no consumo interno.

❖ Foi criada, com carácter temporário, uma missão de estudo e combate a tripanossomiasco de gado, no Sul de Moçambique.

❖ Esta colónia importou, no ano passado, 7.300 toneladas de arroz, que pagaram de direitos 7.000 contos.

Para de alguma forma reduzir essa importação o governo de Moçambique vai dar o maior desenvolvimento, em toda a colónia, à cultura do arroz e dotar Inhambane e Gaza com 1.400 contos, para auxiliar essa cultura e para a construção de duas fábricas de descasque do mesmo cereal. O grande campo de cultura de arroz será, porém, o Vale do Limpopo.

❖ Em Lourenço Marques, o "Núcleo de Arte," abriu um curso de desenho e de pintura, dirigido por um professor diplomado pela Escola de Belas Artes.

❖ A Junta do Pórtio Amélia abriu concurso para adjudicação da concessão, por vinte anos, do fornecimento de energia eléctrica àquela vila.

❖ Segundo comunicação recebida de Moçambique, a exportação de carne congelada daquela colónia para o estrangeiro, tem dado os melhores resultados, tendo as remessas chegado em muito boas condições, correspondendo em qualidade a todas as exigências. A colónia está procurando outros mercados para a colocação da carne a fim de desenvolver ainda mais essa exportação.

Macau

O Palácio de Santa Sancha, onde em tempo funcionou um hospital, vai ser adaptado a Museu, tendo já recebido os mostruários do Museu "Luiz de Camões."

❖ Foi extinta a taxa de consumo sobre pneumáticos e câmaras de ar estabelecida pelos diplomas legislativos n.ºs 290 e 305, de 11 de Abril e 21 de Julho de 1933.

❖ O governador de Macau foi autorizado a reorganizar a polícia de segurança da colónia, fazendo transitar para ela os serviços da polícia marítima que tiver por necessários.

❖ Foram restabelecidas as carreiras de vapores entre Cantão e Macau.

❖ A Câmara Municipal de Macau vai contrair um empréstimo de 680 contos, destinado à construção de dois edifícios escolares.

❖ Foi determinado que no orçamento privativo do Conselho da Administração das Obras Públicas de Macau, seja restabelecida a gratificação mensal de \$300,00 para um engenheiro hidrógrafo incumbido do estudo das correntes, sondagens e envazamentos.

❖ O orçamento do Conselho de Administração das Obras Públicas de Macau para o ano económico de 1937, na importância total de 667.338,94 patacas, foi aprovado pelo Ministério das Colónias.

Índia

Prosseguem as obras de asfaltagem da estrada Betim-Mapuá, sendo de esperar que as mesmas fiquem concluídas durante o mês de Janeiro.

• A Câmara Municipal de Bardez está negociando, com a Caixa Económica Postal da Índia o empréstimo que se destina à construção de um mercado na cidade de Mapuçá.

• Foram estabelecidas novas normas para a importação de arroz na Índia. Os quantitativos fixados são, respectivamente de 15.900 canéis de arroz com casca e 42.055 canéis de arroz descascado, que serão rateados pelos importadores, comerciantes e industriais que se encontrem registados.

• Pela Repartição de Estatística, há tempo criada no Estado da Índia, acaba de ser publicado o censo da população daquele Estado.

Do mesmo indica-se o número de habitantes, com esta distribuição:

Distrito de Goa, 505.231; de Damão, 58.001; e de Diu, 16.688, num total de 579.970 indivíduos para todo o Estado, verificando-se um aumento de população, em relação ao último censo, de 48.031 habitantes.

• Em vista da falta de chuvas que tem havido no Estado da Índia, é precário o ano agrícola naquela colónia.

• O Conselho do Governo do Estado da Índia apreciou uma proposta sobre a concessão de licenças aos funcionários da colónia, para seguirem para a Metrópole, a fim de frequentarem o Curso Superior Colonial.

• Movimento comercial da Índia Portuguesa no mês de Junho último (elementos da Direcção dos Serviços Aduaneiros) valores em rupias:

Importação — nacional, 23.255; colonial, 27.997; estrangeira, 809.526.

Exportação, 118.754.

Reexportação, 24.850.

Trânsito, 3.152.163.

• No Estado da Índia foram revogados os artigos 312.º e 313.º do Código do Registo Civil, por forma a tornar desnecessária a apresentação do boletim ou certidão do registo do nascimento para a celebração da cerimónia religiosa do baptismo. O Ministério das Colónias autorizou esta deliberação.

• O Congresso de Ciências da Índia, realiza a sua sessão jubilar em 1937 em Calcutá. A despesa a fazer com essa sessão está calculada em 1.10.000 rupias, contribuindo o governo da nossa Índia com 20.000 rupias.

• Os importadores de arroz no território deste Estado representaram ao Governo solicitando a "eliminação da obrigatoriedade do depósito de Rps. 500/— ou da caução bancária correspondente; Faculdade de importação de arroz estrangeiro directa ou indirectamente, com a autorização expressa para o endosso uma vez que seja cum-

prida a obrigatoriedade de compra de arroz nacional realizado; Fixação do preço de arroz nacional atendendo as despesas de transporte até ao centro do consumo; Manutenção da medida ou péso em voga para o arroz «Corgunto» com a sua correspondência já estabelecida desde tempos remotos.

• Foi autorizado o Governador Geral do Estado da Índia a contrair na Caixa Económica Postal do mesmo Estado, um empréstimo destinado ao pagamento total, ou parcial, da sua dívida à Metrópole. O referido empréstimo vencerá juro não superior a 2 por cento e será amortizado em prestações de importância não superior à das anuidades em que actualmente é paga à metrópole a dívida que o empréstimo à Caixa Económica se destina a saldar.

Timor

Está concluída a revisão, por parte do sr. Ministro das Colónias, do orçamento de Timor para o ano de 1937, que tem as tabelas de despesas equilibradas com as receitas previstas.

• As Fábricas, Oficinas e Armazens Gerais de Fomento (F. O. A. G.), criados em Timor, pelo diploma legislativo n.º 11, de 10 de Fevereiro de 1934, continuam funcionando como serviço industrializado da colónia. Foi determinado que tenham orçamento privativo, que anualmente subirá, anexo ao orçamento geral da colónia, à aprovação do Ministro.

A partir de 1937 a colónia apenas inscreverá no orçamento, como despesa própria, um subsídio anual, que representará a diferença entre as receitas totais e as despesas totais.

As F. O. A. G. serão dirigidas por um conselho de administração composto de três membros de nomeação do governador, responsáveis pelos actos que praticarem civil, criminal e disciplinarmente.

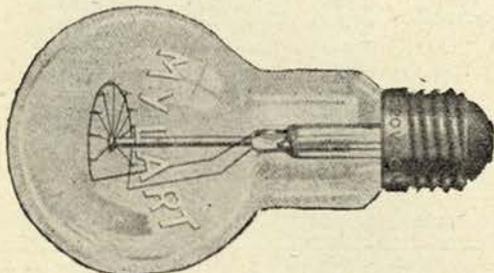
Todo o pessoal das F. O. A. G. será assalariado.

Foi aprovado o orçamento das Fábricas, Oficinas e Armazens Gerais de Fomento para o ano económico de 1937, na importância total de \$117.000,00.

• Foi criada nesta colónia, junto da Administração do Conselho de Dili uma Colónia Correccional, destinada a receber os indígenas condenados a desterro por motivo correccional; outro diploma, dividiu aquela colónia em duas zonas agrícolas, com áreas delimitadas para as diversas culturas, e regulada a exploração pelos corpos administrativos, das granjas pertencentes ao Estado.

• O governo de Timor foi autorizado a montar dois postos meteorológicos na colónia e a estabelecer prémios aos observadores pluviométricos. Cada um dos dois postos meteorológicos terá um observador e para os prémios de três observadores foi inscrita no orçamento uma verba de \$70,00.

• Vai ser subsidiada uma carreira de navegação entre Macau e Timor.



MYLART

**A mais económica
e resistente**

DISTRIBUIDORES:

NO SUL:

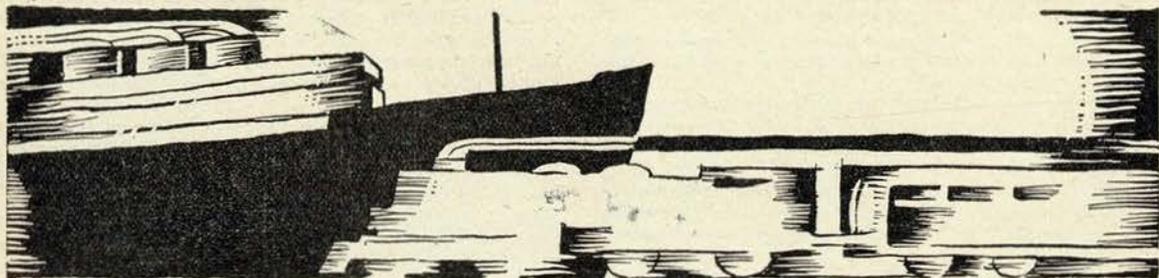
EMPRESA COMERCIAL MYLART

Calçada de Santos, 19

NO NORTE:

SOSA, VALENTE & C.ª, LT. DA

R. Sá da Bandeira, 116



ESTATÍSTICA

Índices-Números das cotações dos géneros coloniais

DESIGNAÇÃO	1914 Julho	Índice números-médios			Índice-número						
		1933	1934	1935	1935 Outubro	1936					
						Maio	Junho	Julho	Agosto	Setembro	Outubro
Lisboa (cidade)..	100	1.304	1.303	1.275	1.180	1.082	1.147	1.464	1.575	1.548	1.379

Do Boletim Mensal da Direcção Geral de Estatística.

Cotações dos géneros coloniais (Praça de Lisboa)

Géneros	Unidade	Cotações em (a)	
		1929	1935
		15 de Janeiro	15 de Dezembro
Cacau fino.....	15 quilogr.	77\$00	35\$00
Cacau paiol.....	»	62\$00	25\$00
Cacau escolha.....	»	36\$00	17\$50
Café de S. Tomé, fino.....	»	(b) 210\$00	—
Café de Novo Redondo.....	»	124\$00	40\$00
Café de Ambriz.....	»	123\$00	40\$00
Café de Encoje.....	»	116\$00	38\$00
Café do Cazengo (de 2. ^a).....	»	120\$00	36\$00
Coconote.....	»	33\$00	17\$50
Copra.....	»	42\$00	19\$00
Óleo de palma, mole.....	»	45\$00	(d) 35\$00
Rícino.....	»	27\$00	20\$00
Gergelim.....	»	34\$00	20\$00
Algodão.....	Quilog.	10\$00	6\$50
Cera.....	»	16\$00	11\$00
Cola.....	»	6\$00	(e) —
Açúcar, rama.....	»	(c) 1\$70	(e) —
Milho.....	»	\$94	—
Coiros.....	»	15\$00	6\$00

(a) As cotações apresentadas representam a média nas datas indicadas ou na data mais próxima — (b) Cotação em 1 de Agosto de 1928 — (c) Cotação em 21 de Setembro de 1928 — (d) Em tambores — (e) Não foi negociado.

Situação dos Bancos Coloniais com sede em Lisboa, em 30 de Setembro de 1936

(Valores em escudos)

BANCOS	ACTIVO				PASSIVO	
	CAIXA		Letras descontadas sobre o País e transferências	Letras a receber	Depósitos à ordem	Depósitos a prazo
	Dinheiro em cofre	Depósitos noutros bancos				
Banco de Angola (Sede)	735,512	10,170,433	2,844,622	—	9,705,241	2,125,075
Banco N. Ultramarino (Sede)	16,507,709	7,998,380	215,206,379	—	181,306,787	128,844,114

Do Boletim Mensal da Direcção Geral de Estatística.

Reexportação e trânsito de mercadorias das Colónias portuguesas por Lisboa em Janeiro-Outubro de 1936

MERCADORIAS	QUANTIDADES EM QUILOGRAMAS		VALOR EM ESCUDOS	
	Outubro	Janeiro a Outubro	Outubro	Janeiro a Outubro
	Reexportação :			
Cacau	617,376	10,761,129	1,780,450\$00	24,694,471\$00
Café	328,988	4,984,590	795,893\$00	11,155,482\$00
Cera	117,271	958,270	1,166,513\$00	9,951,673\$00
Ricino	138,942	1,539,772	128,460\$00	1,416,065\$00
Sisal	261,256	704,080	365,065\$00	993,524\$00
Outras mercadorias	1,675,367	14,789,648	1,083,737\$00	10,548,246\$00
Total	3,139,200	33,737,489	5,320,118\$00	58,759,461\$00
Trânsito internacional :				
Cacau	—	—	—	—
Café	218,624	3,590,971	215,100\$00	7,670,400\$00
Cera	59,000	266,428	544,000\$00	2,534,900\$00
Milho em grão	1,707,424	17,074,795	800,000\$00	7,408,400\$00
Ricino	—	295,556	—	304,820\$00
Sisal	—	2,864,293	—	5,496,890\$00
Outras mercadorias	17,782	3,295,640	26,000\$00	3,117,600\$00
Total	2,002,830	27,387,683	1,585,100\$00	26,533,010\$00

Do Boletim Mensal da Direcção Geral da Estatística.

Quantidades em quilogramas de algumas mercadorias importadas e exportadas de e para as Colónias portuguesas de Janeiro a Outubro de 1936

MERCADORIAS	Angola	Cabo Verde	Guiné	Moçambique	S. Tomé e Príncipe	India, Macau e Timor
Importadas das Colónias :						
Arroz	517.705	7.178	3.181.801	—	—	—
Açúcar	22 842.390	—	—	27.661.882	—	—
Café	3.629.150	31.875	—	312	222.374	38.168
Trigo em grão	—	—	—	—	—	—
Peles em bruto	556.453	17.054	110.661	99.228	—	—
Algodão em caroço, rama ou cardado	1.420.269	—	—	1.820.576	—	—
Sementes oleaginosas	4.836.464	1.224.886	10.069.508	611.087	4.666.792	—
Milho	12.365.532	—	—	12.365.532	—	—
Exportadas para as Colónias :						
Vinhos do Pôrto (decalitros)	3.049	254	684	10.391	192	1.382
» da Madeira (decalitros)	—	—	—	218	—	63
» comuns tintos (decalitros)	358.590	15.797	65.217	429.192	35.893	14.415
» » brancos (decalitros)	95.865	3.654	12.755	388.896	5.267	2.487
» licorosos (decalitros)	3.755	457	275	3.064	34	1.012
Azeite de oliveira quilos	348.946	38.851	40.851	435.800	24.437	21.494
Conservas de vegetais quilos	51.453	882	4.358	71.139	2.199	3.831
Conservas de sardinha	21.679	—	19.607	145.784	4.946	7.915
Conservas de peixe não especificado	—	—	—	—	—	—
Cortiça em rolhas	463	—	—	3.265	—	105

Do Boletim da D. G. E.

Acções de Companhias Coloniais

1936		Vencimento de juros ou dividendo	Último juro ou dividendo pago		VALORES	OFERTAS			
Máximo	Mínimo		Data	Quantia		15 Novembro 1936		15 Dezembro 1936	
						C.	V.	C.	V.
280\$00	103\$00	1-6-1936	1935	L. 6\$00	Agrícola das Neves	185\$00	191\$00	278\$50	280\$00
260\$00	99\$00	23-3-1936	1935	L. 6\$00	Agricultura Colonial (Soc.)	180\$00	205\$00	250\$00	270\$00
605\$00	370\$00	12-10-1936	1.º-1936	L. 8\$00	Açúcar de Angola	386\$00	605\$00	384\$00	386\$00
155\$00	53\$00	15-7-1929	1928	£ 0-3-2 2/3	Boror	105\$00	120\$00	154\$00	157\$00
27\$00	13\$00		1927		Cabinda	—	27\$00	22\$00	23\$00
49\$00	28\$00	11-7-1929	1928	£ 0-0-0,6	Buzi—de 1 a 150.000 1.ª Em.	35\$00	38\$50	47\$50	47\$90
46\$00	27\$50	11-7-1929	1928	£ 0-0-0,6	Buzi—de 150.001 a 300.000 2.ª Em.	—	36\$00	—	46\$50
21\$00	15\$00	1-4-1929	1927	L. 10\$00	Colonial de Navegação	20\$00	21\$00	—	19\$00
490\$00	197\$00	20-4-1936	1935	L. 12\$00	Ilha do Príncipe	390\$00	400\$00	483\$00	488\$00
24\$00	11\$80	2-6-1930	1928-29	L. \$99	Zambézia—t. 25	20\$80	22\$50	23\$00	24\$00

FÁBRICA DAS ANTAS

S. A. R. L.

FUNDADA EM 1895

Rua da Vigorosa, 654—PORTO-PORTUGAL

TELEFONE 972

AS MAIORES INSTALAÇÕES DO PAÍS PARA O FABRICO
DE ARAME FARPADO E REDE DE ARAME PARA VEDAÇÕES

Malhas de Ferro para cimento armado e estuques.—Pregaria de arame, polida
ou zincada, para construções.—Pregaria, cravinhos e cardas
para calçado e outros usos.—Parafusos com rosca para madeira, em ferro e latão

OS SEUS PRODUTOS IMPÕEM-SE PELO
SEU ESMERADO FABRICO E EMBALAGEM

DEPOSITOS no Norte do País: AVEIRO, BRAGA, BRAGANÇA, CHAVES, COIMBRA, FIGUEIRA DA
FOZ, GUIMARÃES, OLIVEIRA DE AZEMEIS, OVAR E VISEU

Agências nas ilhas adjacentes e colónias portuguesas:

BEIRA	ANGOLA	CABO VERDE	MADEIRA	AÇORES
C. MOÇAMBIQUE	Raul Lelo	Abilio A. Martins	Leonel G. Luiz, L. ^{da}	Viriato M. Pereira
Afonso H. d'Almeida	Caixa Postal 147	Caixa Postal 35	R. Queimada de Baixo, 24	R. Marquês da Praia, 12
Caixa Postal 244	Telefone 157	S. VICENTE — CABO VERDE	Caixa Postal 79	PONTA DELGADA
	LUANDA		FUNCHAL — MADEIRA	S. MIGUEL — AÇORES

COMPANHIA DO PAPEL DO PRADO

S. A. R. L.

Capital acções..... 7.000.000\$00

Proprietária das fábricas do
Prado, Marianaia (Tomar), Pe-
nedo, Casal d'Ermio (Lousã) e
Vale Maior (Albergaria-a-Velha)

Instaladas para uma produção
anual de Oito Milhões de Quilos
de papel e dispoendo dos maqui-
nismos mais modernos

Em depósito tem grande varie-
dade de papéis de escritório, de
impressão, de embrulho, etc., etc.

Executa prontamente encomendas
para fabricações especiais de qual-
quer quantidade de papel variado

Sede em Lisboa

Escritório: Rua dos Fanqueiros, 278, 2.^o
Telefone 2 2331

Depósito: Rua dos Fanqueiros, 270 a 276
Telefone 2 2332

Enderêço telegráfico: "Pelprado"

PORTUGAL COLONIAL

NOVIDADE LITERÁRIA

O NOVO ROMANCE DE

Henrique Galvão

"O SOL DOS TRÓPICOS"

(ROMANCE COLONIAL)

*Os povos, a paisagem, a vida na Serra
da Chela. O romance de um europeu
perdido na serra e refeito pelo Sol dos
Trópicos.*

300 páginas, edição primorosa da
Livreria Popular de Francisco Franco

Pedidos ao editor: LIVRARIA POPULAR DE FRANCISCO FRANCO

Travessa de S. Domingos

LISBOA

“Portugal Colonial,, SERVIÇO DE INFORMAÇÕES

NO INTUITO DE SERVIR OS SEUS LEITORES DAS COLÓNIAS, A ADMINISTRAÇÃO DA “PORTUGAL COLONIAL,, ACABA DE ORGANIZAR UM SERVIÇO DE INFORMAÇÕES QUE DO-RAVANTE FICA À SUA DISPOSIÇÃO.

NÃO COMPRE POR CATÁLOGOS. O VENDEDOR SÓ TEM UM INTERESSE — *VENDER* — EMBORA NEM SEMPRE O QUE MAIS CONVÉM AO CLIENTE. DIGA-NOS O QUE DESEJA E INFORMÁ-LO-EMOS CRITERIOSAMENTE.

TODA A GENTE QUE VIVE NO ULTRAMAR TEM UMA COMPRA, UMA VENDA OU QUALQUER OUTRA TRANSAÇÃO OU DILIGÊNCIA A REALIZAR EM LISBOA. UTILIZE O NOSSO SERVIÇO DE INFORMAÇÕES E FICARÁ SATISFEITO.

NÃO INCOMODE OS SEUS AMIGOS DA METRÓPOLE COM PEDIDOS QUE NÓS PODEREMOS SATISFAZER MELHOR DO QUE ÊLES. O NOSSO SERVIÇO DE INFORMAÇÕES ESCOLHERÁ A SEU CONTENTO O QUE DESEJA.

SE QUERE SABER PREÇOS E QUALIDADES DO QUE SE VENDE OU SE COMPRA EM LISBOA, SE QUERE ORÇAMENTOS OU ESTIMATIVAS, ESCREVA-NOS. O NOSSO SERVIÇO DE INFORMAÇÕES ESTÁ APTO A RESPONDER-LHE.

TUDO O QUE EXIJA CRITÉRIO NA ESCOLHA — MAQUINISMOS, FERRAMENTAL, PRODUTOS, MATÉRIAS PRIMAS, ETC. — O NOSSO SERVIÇO DE INFORMAÇÕES PODERÁ ESCOLHER EM SEU LUGAR. DIGA-NOS COM PRECISÃO O QUE DESEJA.

SE PRETENDE VENDER, PODEREMOS AUXILIÁ-LO NA VENDA. TALVEZ ENCONTREMOS O COMPRADOR QUE LHE CONVÉM, POIS TRABALHAREMOS PARA O CONSEGUIR. DIRIJA-SE AO NOSSO SERVIÇO DE INFORMAÇÕES.

PARA A EXPANSÃO DA “PORTUGAL COLONIAL,, O NOSSO INTERESSE É SERVIR COM METICULOSIDADE E ISEMPCÃO OS SEUS LEITORES. O NOSSO SERVIÇO DE INFORMAÇÕES QUERE SER O SEU AGENTE DE CONFIANÇA.

TODOS OS PEDIDOS DE INFORMAÇÕES SOBRE A PRAÇA DE LISBOA DEVEM VIR ACOMPANHADOS DA IMPORTÂNCIA DE ESC. 6\$00 OU SEU EQUIVALENTE EM MOEDA LOCAL, PARA DESPESAS DE EXPEDIENTE, E SER DIRIGIDOS À ADMINISTRAÇÃO DA REVISTA “PORTUGAL COLONIAL,, — RUA DA CONCEIÇÃO, 35, 1.º, LISBOA — TELEFONE 2 4253 — TELEGRAMAS “MINERVA,,.

“O MUNDO PORTUGUÊS”

EDIÇÃO DA AGÊNCIA
GERAL DAS COLÓNIAS
E DO SECRETARIADO
DA PROPAGANDA NA-
CIONAL

GRANDE REVISTA
DE ARTE E LITERA-
TURA COLONIAIS

TODOS DEVEM
LER

“O MUNDO PORTUGUÊS”

DIRECTOR:
AUGUSTO CUNHA

TELEFONES { 2 0651
 { 2 0652

REDACÇÃO:
RUA DA PRATA, 34
LISBOA

LITERATURA COLONIAL

Edições da Livraria Popular de Francisco Franco

**Acaba
de sair**



O Velo d'Oiro

Romance de Henrique Galvão

3.^a edição, de luxo, ilustrada por Eduardo Malta

Sol dos Trópicos

Novo romance de Henrique Galvão

Da vida e da morte dos bichos

*2.^a edição do 1.^o volume (Elefantes e Rinocerontes)
ilustrada e popular*

Da vida e da morte dos bichos

2.^o volume

Pedidos à LIVRARIA POPULAR DE FRANCISCO FRANCO
TRAV. DE S. DOMINGOS, 14-18 - LISBOA